
MESTRADO em CONTABILIDADE E FISCALIDADE EMPRESARIAL

**RELATÓRIO DE SUSTENTABILIDADE:
UM ESTUDO DE CASO NO SETOR ELÉTRICO**

Adriana Filipa Jesus Silva

COIMBRA

2014

“Quem vê caras não vê corações.”

Provérbio Popular Português

Dedicatória

À minha família, por estarem incondicionalmente ao meu lado.

Agradecimentos

Concluída mais uma etapa particularmente importante da minha vida, não poderia deixar de expressar o mais profundo agradecimento a todos aqueles que me apoiaram nesta longa caminhada e contribuíram para a realização deste trabalho.

À Doutora Cristina Góis, por toda a disponibilidade e orientação prestada, pelo apoio incondicional e compreensão que sempre manifestou. À Doutora Clara Viseu, agradeço pelo apoio, disponibilidade e conhecimento transmitido na realização da vertente estatística.

À minha família, o alicerce da minha vida. À minha mãe, minha melhor amiga e conselheira, agradeço toda a confiança que deposita em mim, o apoio e coragem que sempre me transmite. Ao meu pai pela educação, incentivo e por aceitar todas as decisões por mim tomadas. Ao meu irmão por todo o amor, companheirismo e amizade. Aos meus avós, pela atenção, carinhos calorosos e por fazerem de mim a pessoa que sou hoje. Ao Diogo pela compreensão, dedicação e apoio nos momentos mais difíceis.

Por último, não menos importante, agradeço aos meus amigos, colegas de curso e a todos os restantes professores que comigo partilharam o seu saber.

A todos,

O meu muito Obrigada.

Palavras-Chave

EDP, Nível de divulgação, Publicação de notícias negativas, Relatório & Contas, Transparência, *Triple bottom line*.

Resumo

O estudo realizado teve por objetivo avaliar, para uma empresa do setor elétrico, a correlação entre as notícias negativas publicadas pelos media e o nível de divulgação de temas relacionados com sustentabilidade relatados pela empresa no seu Relatório & Contas.

Os principais resultados obtidos da análise de conteúdo e estatística realizada permitem-nos concluir que a empresa, na maioria das situações, não reflete, de um modo transparente, os acontecimentos ocorridos. Não são verificados elevados graus de associação entre o número de notícias negativas publicadas nos media e o *disclosure* proporcionado pela empresa. Deste modo, é possível concluir através do estudo desenvolvido e dos resultados obtidos que, malgrado estarmos perante uma entidade classificada como líder mundial de relatórios de sustentabilidade no sector das *utilities*, o seu relato não reflete, na maioria das situações, as notícias negativas associadas à entidade. Estes resultados levam-nos a concluir que os relatórios apresentados estão sujeitos a *impression management* e ainda está longe da almejada transparência do relato de sustentabilidade.

O trabalho realizado vem contribuir para o estudo da manipulação de impressões ao aportar evidência empírica de que as empresas não são transparentes quando divulgam informações de cariz voluntário nomeadamente quando essas informações são de índole negativa. Estes resultados são ainda mais importantes pois foram alcançados através do estudo do relato financeiro de uma empresa líder mundial na sua área de atividade o que reforça a importância das conclusões obtidas.

Keywords

EDP, Disclosure level, Negative media coverage, Annual report, Transparency, *Triple bottom line*.

Abstract

The study aimed at evaluating, for an electrical company, the correlation between the negative news published by the media and the level of disclosure related to the sustainability reported by the company in its Annual Report.

The main results obtained from the content analysis and statistics allow us to conclude that the company, in most situations, does not reflect, the events, in a transparent manner. High levels of association between the number of negative news published in the media and the disclosure provided by the company are not checked. Thus, we can conclude through the developed study and the results obtained that its disclosure does not reflect, in most situations, the negative news associated with the entity, despite being classified as a global leader in sustainability reporting in the Utilities sector. These results lead us to conclude that the reports submitted are subject to impression management and it is still far from the desired transparency in sustainability reporting.

The work contributes to the study of manipulating impressions it gives the empirical evidence that companies are not transparent when disseminating information on a voluntary basis especially when such information show a negative trend. These results are even more important since they been achieved through the study of financial reporting from a world leader in its field of activity which reinforces the importance of the conclusions obtained.

Lista de abreviaturas

APCER - Associação Portuguesa de Certificação

APEE – Associação Portuguesa de Ética Empresarial

BCSD - World Business Council for Sustainable Development

BOVESPA - Bolsa de Valores, Mercadorias & Futuros de São Paulo

CEO – Chief Executive Officer

CERES - Coalition for Environmentally Responsible Economics

CRGE - Companhias Reunidas de Gás e Eletricidade

CSC - Código das Sociedades Comerciais

DJSI - Dow Jones Sustainability Index

EDP – Energias de Portugal

ERSE – Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos

GRACE – Grupo de Reflexão e Apoio á Cidadania Empresarial

GRI – Global Reporting Initiative

ONG'S – organizações não governamentais

PSI-20 – Portuguese Stock Index

RSE – Responsabilidade Social Empresarial

SAM - Sustainability Asset Management

SPSS - Statistical Package for the Social Sciences

S & P 500 - Standard & Poor's 500

UNCTAD - United Nations Conference on Trade and Development

UNEP - United Nations Environmental Programme

VBA – Value, Balance e Accountability

Índice de Figuras

Figura 1: The Pyramid of Corporate Social Responsibility	21
Figura 2: Corporate Social Responsibility: a three-domain approach.....	23
Figura 3: Evolução do conceito de responsabilidade social.....	27
Figura 4: Triple bottom line.....	33
Figura 5: História da marca EDP	42
Figura 6: Correlações	77

Índice de Gráficos

Gráfico 1: Publicação de relatórios de sustentabilidade por região	36
Gráfico 2: Crescente publicação de relatórios corporativos em Portugal	37
Gráfico 3: Totalidade de notícias publicadas no Jornal Negócios	54
Gráfico 4: Percentagem do número de palavras por tema	57
Gráfico 5: Percentagem de notícias negativas publicadas por tema	59
Gráfico 6: Tendência do número de palavras do Relatório & Contas da EDP	75
Gráfico 7: Tendência do número de notícias negativas publicadas nos media	76

Índice de Tabelas

Tabela 1: Estrutura acionista da EDP	45
Tabela 2: Número de palavras encontradas por tema	56
Tabela 3: Número de notícias encontradas no jornal de negócios	58
Tabela 4: Estatística Descritiva – Medidas de Tendência Central e não Central – Número de palavras por tema	62
Tabela 5: Estatística Descritiva - Medidas de Tendência Central e não Central– Número de notícias negativas publicadas	63
Tabela 6: Estatística Descritiva - Medidas de dispersão - Número de palavras por tema	65
Tabela 7: Estatística Descritiva - Medidas de dispersão - Número de notícias negativas publicadas.....	66
Tabela 8: Coeficiente de Correlação Ró de Spearman – Negócio	68
Tabela 9: Coeficiente de Correlação Ró de Spearman – Ética	68
Tabela 10: Coeficiente de Correlação Ró de Spearman – I&D e Inovação	69
Tabela 11: Coeficiente de Correlação Ró de Spearman – Ambiente	69
Tabela 12: Coeficiente de Correlação Ró de Spearman – Colaboradores.....	70
Tabela 13: Coeficiente de Correlação Ró de Spearman – Cliente e Produto	71
Tabela 14: Coeficiente de Correlação Ró de Spearman – Fornecedores	71
Tabela 15: Coeficiente de Correlação Ró de Spearman – Comunidade.....	72

Índice de matérias

1.	Introdução	14
2.	Enquadramento Teórico	17
2.1.	Responsabilidade Social	17
2.1.1	Responsabilidade social – apontamentos iniciais	17
2.1.2	Responsabilidade social – dados históricos e modelos	19
2.1.3	Normas de responsabilidade social	28
2.1.4	Responsabilidade social em Portugal	31
2.1.5	Responsabilidade social e sustentabilidade	32
2.2.	EDP	40
2.2.1.	Energia elétrica em Portugal	40
2.2.2.	Evolução histórica da EDP	41
2.2.3.	Breve história da marca	42
2.2.4.	EDP de hoje	44
2.2.5.	<i>Dow Jones Sustainability Index</i>	47
3.	Desenho da investigação	49
4.	Metodologia de investigação e resultados obtidos	52
4.1.	Análise de conteúdo	52
4.1.1.	Seleção da amostra e definição de variáveis.	53
4.2.	Análise estatística	61
4.2.1.	Estatística descritiva	61
5.	Análise e discussão dos resultados obtidos	73
5.1.	Limitações do estudo	79
5.2.	Sugestões para investigação futura	79
6.	Conclusões	81

7.	Referências	83
8.	Anexos	94
8.1	Lista de notícias por ano	94
8.2	Lista de empresas do DJSI	104

1. Introdução

Presentemente estamos a assistir um processo de globalização e expansão das empresas que sentem a necessidade de abraçar novos projetos para se manterem “vivas”. Verificamos que existe uma constante mudança na nossa sociedade e nas nossas empresas, foram mudados os pensamentos, as necessidades, os desafios e as oportunidades. Hoje, não só os indivíduos mas também as empresas têm de se adaptar às constantes mutações que vão surgindo na sociedade (Abu-Baker & Naser, 2000).

Como realça Dunphy et al. (2003), os gestores das empresas começam a ter ideia de que a sua estratégia não pode ser restrita às preocupações económicas mas também se deve dar o devido valor às preocupações sociais e ambientais para alcançar a criação de valor.

Os *stakeholders*, por sua vez, exigem e dão cada vez mais importância às atividades que são desenvolvidas pelas empresas, avaliando o seu desempenho ético, social e ambiental (Unerman, 2000).

Para responder às novas exigências que são colocadas às empresas verifica-se uma evolução na divulgação de aspetos não só económicos mas também daqueles que produzem impactos na vertente social e ambiental. A este conjunto de três temas damos o nome na literatura de *Triple Bottom Line - people, planet and profit* ou tripé da sustentabilidade. Hoje em dia, a qualidade das divulgações proporcionadas pelas empresas têm vindo a aumentar, verificando-se que a maioria das nossas empresas trabalham para alcançar uma abordagem *triple bottom line*, de uma forma explícita, as entidades estão a considerar no seu relato, cada vez mais, as dimensões, económica, social e ambiental (Elkington, 2004).

Até à data, não existe, em Portugal, qualquer requisito legal ou entidades que obriguem a publicação de factos relacionados com o desenvolvimento da sua atividade nem com as práticas de sustentabilidade adotadas pelas empresas. Daí que, quaisquer divulgações relacionadas com a sustentabilidade tenham carácter voluntário. Presentemente, assistimos a um aumento das divulgações voluntárias. Cada vez mais, as empresas sentem a necessidade de relatar factos no seu Relatório & Contas que não

são exigidos legalmente, com a finalidade de satisfazer as necessidades de informação dos seus *stakeholders* (Verrecchia, 1983) (Verrecchia & Fischer, 2004) (Lima, 2007).

Existe um vasto conjunto de meios através dos quais a empresa pode divulgar informações acerca do seu desempenho sustentável, como os relatórios anuais, as páginas *web* ou relatórios autónomos (Frost, et al., 2005). Porém, embora existindo os meios anteriormente citados, a maioria dos estudos incide sobre o Relatório & Contas da entidade, pois é considerado o documento mais importante na comunicação com os *stakeholders* (Gray, et al., 1995).

O presente estudo tem como principal objetivo analisar um conjunto de temas que se relacionam com a responsabilidade social do grupo EDP. A EDP – Energias de Portugal é o mais importante operador de energia português que não só desenvolve atividades nas áreas de produção, comercialização e distribuição de eletricidade mas também na vertente de comercialização e distribuição de gás. É um grupo que está presente na Península Ibérica, França, Bélgica, Polónia, Roménia, Itália, Reino Unido, Estados Unidos e Brasil. A escolha da EDP é justificada pelo facto de ser uma das mais importantes empresas portuguesas e sobretudo por ser considerada um modelo na divulgação da sustentabilidade quer a nível nacional quer a nível internacional (classificação EUA). Atualmente, está classificada como tendo os melhores relatórios de sustentabilidade, fazendo parte do *Dow Jones Sustainability Index*, doravante designado DJSI, desde o ano de 2008. Um ano após a estreia nestes índices, em 2009, foi posicionada nas treze melhores do setor a nível mundial e considerada como uma das sete melhores a nível Europeu. Nos anos de 2010, 2011 e 2013 foi líder mundial em relatórios de sustentabilidade do sector das *utilities*, tendo neste último ano obtido a melhor pontuação. De acordo com um estudo publicado pelo diário económico foi possível concluir que, de entre as trinta maiores empresas, cinco pertenciam ao ramo da energia, todas do grupo EDP. (Carvalho, 2013, p. 1)

Na produção de energia elétrica e de gás existem processos que podem ser muito agressivos para o meio ambiente e para a sociedade em geral, pelo que, cada vez mais existe uma preocupação constante com a sustentabilidade e a utilização de energias renováveis.

Seguindo a linha de pensamento do estudo realizado por Islam & Deegan (2010), nesta investigação pretendemos avaliar a correlação entre o número de notícias negativas publicadas nos jornais e o número de palavras que são divulgadas no Relatório & Contas da entidade, por ano e por diferentes temas. Pretendemos averiguar se o *disclosure* da empresa é efetivamente transparente, divulgando os aspetos negativos publicados pelos media, uma vez que a EDP é, em 2010, 2011 e 2013 líder mundial no relatório de sustentabilidade no setor das *utilities*.

O estudo realizado analisa um período temporal que tem início em 2008 e termina em 2012, tendo sido estudados cinco anos. Inicialmente foi realizada uma análise de conteúdo. Procederemos à seleção de oito temas – Negócio, Ética, I&D e Inovação, Ambiente, Colaboradores, Cliente e Produto, Fornecedores e Comunidade, para os quais recolhemos informação, para cada um, acerca do número de notícias negativas publicada pelos media e o número de palavras que constava no Relatório & Contas da entidade. Posteriormente, após a definição de quais as variáveis que iriam constar na investigação, iniciámos a análise estatística. Por fim, no ponto fulcral da nossa investigação, para cada tema e por cada ano, foi realizada uma análise da correlação entre o número de palavras constante no Relatório & Contas da empresa e o número de notícias negativas publicadas nos jornais acerca desses mesmos temas.

De uma forma genérica, a presente investigação, está dividida em seis tópicos. O primeiro diz respeito a uma pequena introdução ao tema. De seguida, será apresentado um enquadramento teórico onde constam informações acerca da responsabilidade social das empresas e diversas considerações acerca do grupo EDP. Num terceiro capítulo será exposto o desenvolvimento da investigação. Posteriormente, o quarto capítulo, compreende a apresentação das metodologias que serão adotadas no estudo e a respetiva apresentação dos resultados obtidos, estando estes divididos pelas diferentes metodologias que foram praticadas (análise de conteúdo e análise estatística. O capítulo número cinco, diz respeito à análise e discussão dos resultados que foram obtidos e apresentados no capítulo anterior, assim como a indicação das limitações que foram encontradas ao longo da investigação e algumas sugestões que servirão para um futura estudo. As conclusões inerentes ao estudo, encontram-se no sexto capítulo.

2. Enquadramento Teórico

2.1. Responsabilidade Social

2.1.1 Responsabilidade social – apontamentos iniciais

Atualmente as empresas, tanto em Portugal como em outros países, estão sujeitas a diversas pressões por parte dos seus *stakeholders* que exigem cada vez mais destas. Exige-se que as empresas atuem de forma responsável, considerando os aspetos sociais, ambientais e económicos.

A responsabilidade social das empresas é um conceito que nem sempre teve a mesma importância nem o mesmo significado ao longo do tempo (Yeboah, 2011), atualmente é um tema bastante discutido na literatura.

Em 2001, segundo o Livro Verde, a definição de responsabilidade social das empresas consiste no conjunto de ações que a empresa desenvolve, de forma voluntária, a nível social e ambiental na própria entidade e também nas suas atividades com a sociedade. Uma empresa socialmente responsável é aquela que não se limita a obedecer às normas legais, é aquela que investe no capital humano, no ambiente e nas relações com a comunidade em geral (Livro Verde, 2001, p. 7).

Mais recentemente, em 2011, a Comissão Europeia, reformulou o conceito de responsabilidade social das empresas, *“segundo a nova definição (...) é a responsabilidade das empresas pelo impacto que têm na sociedade.”* (Comissão Europeia, 2011, p. 7). Esta nova definição surge pela necessidade crescente de fomentar a responsabilidade das empresas, no âmbito da “Estratégia Europa 2020”. Nesta fase, a Comissão Europeia, assumiu um esforço para aumentar a responsabilidade social das empresas, com vista a criar as condições propícias a um crescimento sustentável e a um comportamento responsável por parte das mesmas.

Segundo dados da Comissão Europeia (2011), *“o número de empresas da UE que subscreveram os dez princípios de responsabilidade social das empresas do Pacto Global*

das Nações Unidas aumentou de 600, em 2006, para mais de 1900, em 2011.” (Comissão Europeia, 2011, p. 6).

O Pacto Global da Organização das Nações Unidas (ONU) elencou um conjunto de dez princípios na vertente de responsabilidade social das empresas. Estes princípios fazem referência às áreas dos direitos humanos, trabalho, meio ambiente e no combate à corrupção (United Nations, 2013). Os referidos dez princípios defendidos por esta organização são:

“Direitos Humanos:

Princípio 1- As empresas devem apoiar e respeitar a proteção dos direitos humanos reconhecidos internacionalmente;

Princípio 2 - Certificar-se de que não são cúmplices em abusos dos direitos humanos.

Trabalho:

Princípio 3 - As empresas devem defender a liberdade de associação e o reconhecimento efetivo do direito à negociação coletiva;

Princípio 4 - Eliminação de todas as formas de trabalho forçado ou obrigatório;

Princípio 5 - Erradicação efetiva do trabalho infantil;

Princípio 6 - Eliminação da discriminação no emprego e ocupação.

Meio Ambiente:

Princípio 7 - As empresas devem apoiar uma abordagem preventiva sobre os desafios ambientais;

Princípio 8 - Desenvolver iniciativas a fim de promover maior responsabilidade ambiental;

Princípio 9 - Incentivar o desenvolvimento e a difusão de tecnologias ambientalmente sustentáveis.

Combate à Corrupção:

Princípio 10 - As empresas devem combater a corrupção em todas as suas formas, inclusive extorsão e suborno.”

2.1.2 Responsabilidade social – dados históricos e modelos

A responsabilidade empresarial não é um tema novo, já vem sendo debatida quer por diversos autores quer com diferentes abordagens.

As primeiras referências acerca da responsabilidade social das empresas remontam aos finais do século XIX e início do século XX (Alves, 2003). Em 1899, Andrew Carnegie, publicou um livro intitulado “*O evangelho da riqueza*”, cuja obra se baseava no princípio da caridade, segundo a qual as pessoas com mais possibilidades deveriam auxiliar as mais pobres, e no princípio da custódia, em que as empresas e as pessoas mais afortunadas deveriam proteger os seus bens em benefício da sociedade em geral (Stoner & Freeman, 1982, p. 73) *apud* (Stradiotto, 2005, p. 94). Alguns anos depois, outros autores voltaram a pronunciar-se acerca do tema: Charles Eliot (1906), Arthur Hakley (1907) e John Clark (1916). Estes trabalhos procuravam alertar as empresas para o facto de que se deveriam preocupar com outros problemas e não apenas com a “*busca incessante do lucro a qualquer preço*” (Duarte & Dias, 1986, p. 41) *apud* (Torres, 2002, p. 131). Também Oliver Shledon, em 1923, defendeu que as empresas se deveriam começar a preocupar mais com outros problemas externos à entidade, para que se deixassem de preocupar exclusivamente com os lucros dos acionistas. Porém, tais ideias não foram aceites pela generalidade dos empresários que pouco se interessaram por as ideias expostas pelos autores (Duarte & Dias, 1986, p. 41) *apud* (Torres, 2002, p. 132).

Entretanto, nas décadas de 30 e 40, foram publicadas, novas referências acerca da responsabilidade social das empresas, nomeadamente os trabalhos de Chester Barnard (1938) – *The functions of the executive*, John Maurice Clark (1939) – *Social Control of business* e Theodore Kreps (1940) – *Measurement of the social performance of business*. Com maior relevo, destaca-se, em 1946, a entrevista realizada a empresários para estes se pronunciarem acerca das suas responsabilidades sociais, concretizada pela revista *Fortune* (Carroll, 1999).

Na opinião de diversos autores, o marco fundamental da responsabilidade social das empresas verificou-se em 1953, aquando da publicação do livro “*Social responsibilities of the businessman*” de Howard Bowen (Monteiro, 2005). Nesta obra, o autor salientou

que quanto maior forem as empresas mais impacto causam na sociedade e que os empresários deveriam orientar as suas decisões para a construção de uma sociedade melhor. A partir desta obra, o tema da responsabilidade social despertou a devida importância acerca das responsabilidades das empresas e começou a ser estudado por diversos académicos.

Nos anos de 1960 foram publicadas novas contribuições para o tema, com os trabalhos de Joseph W. McGuire no seu livro *“Business and society”* (1963) e Keith Davis (1967) com *“Understanding the social responsibility Puzzle”*. Neste período, as publicações refletiam que as empresas possuíam diversas responsabilidades e obrigações para com a sociedade e não apenas as económicas e legais (Yeboah, 2011). É nesta década que se inicia a fase em que as empresas começam a dar importância aos aspetos relacionados com o bem-estar da população (Bertoncello & Júnior, 2007, p. 71).

Na década de 70, o tema ganhou grande popularidade e despertou interesse para tópicos como *“a pobreza, o desemprego, a diversidade, o desenvolvimento, o crescimento económico, a distribuição de rendimento, a poluição, entre outros”* (Bertoncello & Júnior, 2007, p. 71). A responsabilidade social das empresas difundiu-se na Europa e, em 1972, foi elaborado pela empresa Singer o primeiro relatório que tomava em consideração os seus aspetos sociais (Torres, 2002). Em 1979, Carrol com a publicação do artigo *“A Three-Dimensional Conceptual Model of Corporate Performance”*, criou um conceito mais amplo de responsabilidade social que consistia num conjunto de responsabilidades que as empresas deveriam ter para com a sociedade. O autor estruturava a responsabilidade social como um conceito que abrangia quatro camadas, que representavam as quatro responsabilidades que a empresa deveria possuir: económicas, legais, éticas e discricionárias (Carrol, 1979, p. 499).

Nos anos 80 são apresentadas novas contribuições práticas para desenvolvimento do tema, onde devemos destacar o trabalho desenvolvido por Wartick e Cochran (1985) – *“The evolution of the corporate social performance model”*, uma ideia inicialmente referida por Sethi (1975) e abordada por Carrol (1979). Esta ideia baseava-se no facto

de as empresas reconhecerem que devem agir de forma ética e com responsabilidades na sociedade (Cochran, 2007).

Existia uma preocupação com o desenvolvimento de modelos práticos de responsabilidade social, desta forma, na década de 90, foram aperfeiçoados os modelos propostos nos anos anteriores. Em 1991, Carrol, com *“The pyramid of corporate social responsibility: Toward the moral management of organizational stakeholders”*, reformulou as quatro responsabilidades que tinha anteriormente apresentado em 1979. Criou uma pirâmide, onde constavam as responsabilidades das empresas, na base situavam-se as responsabilidades económicas, legais, éticas e no topo estavam as filantrópicas (Carroll, 1999, p. 289). Na figura seguinte é apresentada essa pirâmide.

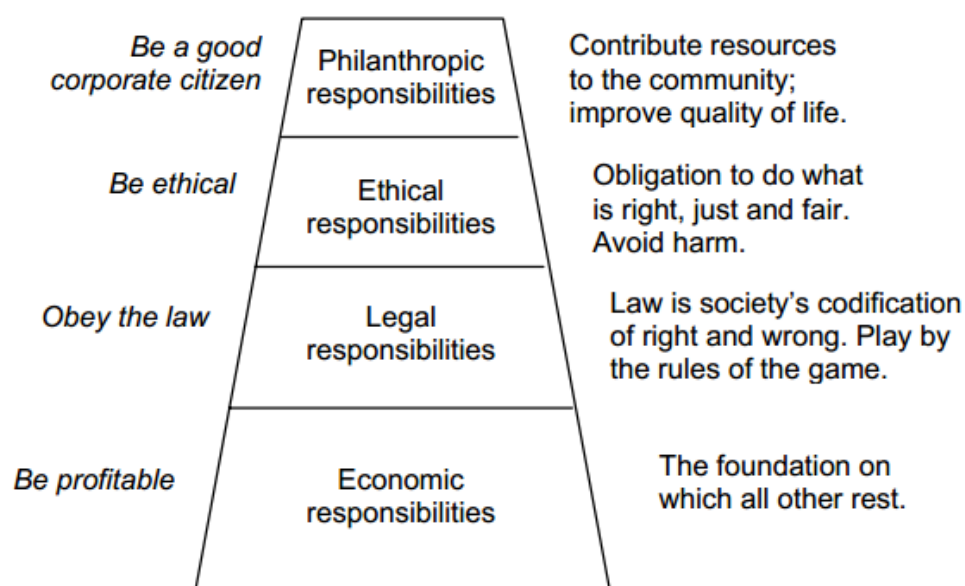


Figura 1: The Pyramid of Corporate Social Responsibility

Fonte: Carroll (1991)

Na base da pirâmide encontramos a responsabilidade económica, trata-se do conjunto de obrigações onde todas as outras responsabilidades assentam. A empresa tem como objetivo a produção de bens e serviços que mais tarde irá comercializar, com a finalidade de obter lucro.

A responsabilidade legal diz respeito ao facto de a empresa, no exercer da sua atividade económica, deverá ter a preocupação de respeitar todos os requisitos legais subjacentes ao exercício da mesma.

Na terceira responsabilidade a sociedade espera que a empresa proceda de forma ética, atuando em benefício da comunidade. Todas as decisões que a empresa tome no decorrer da sua atividade devem ser ponderadas, avaliando as consequências que poderão advir desses atos. O desempenho da entidade deve ser pautado pelo respeito pela sociedade.

Por último, a responsabilidade filantrópica. Filantropia, como o próprio nome indica *“amor à humanidade”*, espera-se que a empresa desenvolva a sua atividade com o objetivo de contribuir para uma melhor sociedade, tendo por base as responsabilidades legais, éticas e económicas. A entidade deve realizar atividades que vão além das suas obrigações.

Segundo Schwartz & Carrol (2003), a pirâmide de responsabilidade social criada por Carrol (1991), foi um marco importante, dado que fomentou a pesquisa e desenvolvimento de novos modelos como é o caso do modelo de Wood (1991) que se baseou no referido trabalho.

Quazi & O'Brien (2000), numa tentativa de alargar o conhecimento acerca da responsabilidade social, criaram o modelo bidimensional de responsabilidade social empresarial. No modelo desenvolvido a responsabilidade social das empresas pode ser dividida em duas dimensões: ampla e restrita. Na dimensão ampla, inserem-se as atividades que estão relacionadas com a sociedade, relacionadas com a filantropia. Por outro lado, a dimensão restrita encontra-se voltada para a dimensão socioeconómica e para a maximização do lucro (Quazi & O'Brien, 2000).

Em 2003, os autores Schwartz & Carrol (2003), propuseram um novo modelo, assente na reformulação da pirâmide apresentada por Carrol. Este era composto por três círculos que representavam as três áreas de responsabilidade social – económica, ética e legal, disposto em diagrama de Venn. Segundo os autores tratava-se de um modelo mais perceptível. Decidiram excluir a dimensão de filantropia, utilizando o argumento de

que, para a maioria das pessoas, era difícil a distinção entre filantropia e ética (Schwartz & Carrol, 2003, p. 506). Na figura seguinte, é apresentado o diagrama proposto pelos autores.

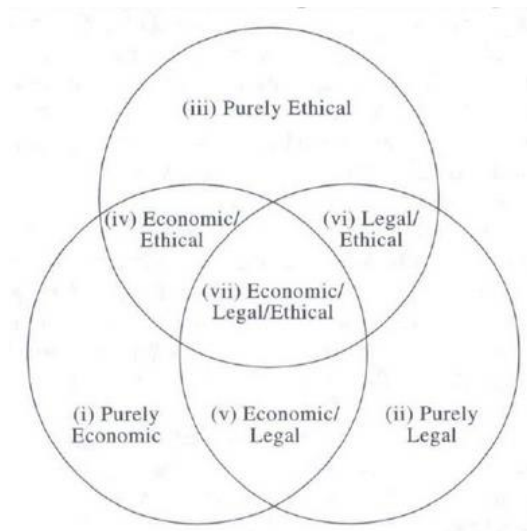


Figura 2: Corporate Social Responsibility: a three-domain approach

Fonte: Schwartz & Carrol (2003)

Com a nova disposição das três áreas de responsabilidade social, devido à formação do diagrama, é possível identificar sete categorias: puramente económica, puramente legal, puramente ética, económica - ética, económica - legal, legal - ética e económica - legal - ética.

Na primeira categoria, identificamos a área designada “*puramente económica*”. Os autores, com esta responsabilidade, pretenderam identificar o conjunto de atividades que são desenvolvidas pelas empresas com objetivo de gerar benefícios económicos direta ou indiretamente, independentemente de estas atividades serem legais ou ilegais. Perante esta responsabilidade, os autores fazem referência a determinadas ações praticadas pelas empresas que tem, *puramente*, a finalidade de obter lucro e criar valor para os acionistas (Schwartz & Carrol, 2003, pp. 513-514).

A categoria “*puramente legal*” verifica-se quando a empresa desenvolve ações que não proporcionam nenhum benefício económico direto ou indireto. Diz respeito às expectativas que são ordenadas e esperadas pela sociedade, baseadas nos princípios legais. Desta forma, a legalidade, poderá ser analisada tendo em conta três categorias: *cumprimento, evitar ações legais e antecipação à lei*¹. Analisando a primeira categoria - *Cumprimento*, segundo os autores, podemos subdividi-la em três subcategorias: *cumprimento passivo, restritivo e oportunista*. Quando se referem a um cumprimento passivo no decorrer da sua atividade, significa que a empresa cumpre a lei de modo espontâneo, sem que exista essa intenção ou vontade. O segundo tipo de cumprimento, o cumprimento restritivo, verifica-se quando a empresa se vê obrigada a adotar uma postura que não realizaria se não existissem sanções. Por último o cumprimento oportunista ocorre quando a empresa, mesmo cumprindo a lei, procura lacunas na lei para benefício próprio² (Schwartz & Carrol, 2003, pp. 509-510). Relativamente a este tópico, Dalton & Cossier (1982) levantaram uma questão relacionada com a definição de legalidade e de responsabilidade. É possível que, no quotidiano das empresas, se verifiquem práticas ilegais e que são responsáveis e práticas legais que no entanto são irresponsáveis. Pode acontecer, por exemplo, se existirem estudos a comprovar que determinado produto é seguro e as entidades competentes não aprovarem a sua legalidade. Ao invés, desde sempre, se verificaram situações que são irresponsáveis mas legais, como a situação de cumprimento oportunista. *Evitar ações legais*, diz respeito ao conjunto de atividades que a empresa desenvolve com a finalidade de evitar processos judiciais decorrentes de ações negligentes, como por exemplo a cessação de atividades prejudiciais ao meio ambiente (Schwartz & Carrol, 2003, p. 511). Por último, a *antecipação à lei*, acontece quando a empresa toma medidas em conformidade com uma nova legislação que no futuro entrará em vigor. Normalmente, o processo legislativo é demorado, procurando respeitar a lei, a empresa adota comportamentos *à priori* (Schwartz & Carrol, 2003, p. 511).

¹ Do original: “*compliance, avoidance of civil litigation, anticipation of the law.*” (Schwartz & Carrol, 2003, p. 509)

² Um exemplo de cumprimento oportunista acontece quando uma empresa se deslocaliza para obter benefícios fiscais.

“Puramente ética” surge como um terceiro domínio. Este campo consiste nas atividades que são desenvolvidas pela empresa, podendo estas não estar na legislação, mas que a sociedade valoriza. Carrol (1979, p.500) refere que as responsabilidades éticas representam um domínio difícil para as empresas, pelo facto de estas não se encontrarem claramente definidas. Deste modo, Schwartz & Carrol (2003, p. 511), identificaram três padrões éticos: os *convencionais*, os que focam as *consequências* e os *deontológicos*³. Padrões convencionais são aqueles que são adotados por empresas, indústrias, profissionais e sociedade como sendo necessários para o funcionamento do negócio. Para que se torne praticável num modelo convencional, são criadas, internamente, normas de conduta e códigos de ética na empresa. O segundo, como o próprio nome indica, é voltado para as consequências que determinada ação pode trazer para a sociedade. De acordo com Rego et al. (2006) *“a ação é ética se, comparativamente com outras alternativas, promover o maior benefício (ou o mais baixo custo) para a sociedade”*. Os referidos autores, no que respeita ao padrão deontológico, aludem ao facto de este abranger o conjunto de deveres e obrigações, direitos morais e justiça.

Como foi mencionado anteriormente, a sobreposição destes três domínios gera a formação de mais quatro categorias. Na esfera respeitante ao domínio *económico-ético*, podemos dizer que se inserem todas as atividades que refletem a expressão *“boas práticas éticas originam bons negócios”*. As empresas devem pautar as suas atuações respeitando princípios deontológicos visando a obtenção de bons negócios (Schwartz & Carrol, 2003). No que respeita ao domínio *económico-legal*, os autores, referem que são reduzidas as atividades desenvolvidas pelas empresas que poderão ser consideradas económicas, legais e não éticas. Isto porque as atividades que consideram ser baseadas em princípios legais, também são, provavelmente, consideradas éticas. Contudo, existem exceções, como é o caso do comportamento oportunista por parte das empresas, como citado anteriormente. Estas atividades são consideradas pouco éticas (Schwartz & Carrol, 2003, p. 517). Num sétimo domínio encontramos a esfera *legal-ética*, que engloba o conjunto de atividades que não tem como finalidade a obtenção de benefícios económicos, derivam apenas de cumprimentos legais e éticos. Porém, a

³ Do original: *conventional, consequentialist and deontological*. (Schwartz & Carrol, 2003, p. 511)

prática destas atividades originam benefícios económicos diretos (Schwartz & Carrol, 2003, p. 518). Finalmente, num último domínio, é agregada a esfera *económica-legal-ética*, segundo a qual a empresa deve procurar a obtenção do lucro, respeitando os limites legais e agindo de acordo com os seus padrões e princípios éticos. A junção dos três domínios reflete a teoria da *“gestão moral”* defendida por Carrol (1991), em que os administradores pretendem obter o lucro, respeitando os limites da obediência à lei e os seus princípios éticos.

Existe um equilíbrio perfeito na empresa, quando se verifica a sobreposição dos três domínios, a maximização do lucro, o cumprimento da lei e a responsabilidade pelas suas obrigações éticas (Rego, et al., 2006).

Anos mais tarde, em 2006, Porter e Kramer (2006) criaram um modelo para analisar a responsabilidade social das empresas. Este modelo foi criado com a finalidade de apresentar um valor compartilhado entre a empresa e a sociedade. Na sua constituição existiam duas dimensões: *“de dentro para fora”* e *“de fora para dentro”*. A primeira dimensão engloba as atividades relacionadas com a gestão de recursos humanos, o desenvolvimento tecnológico e as compras. Ao invés, a segunda, diz respeito à estratégia e à rivalidade entre as empresas no mercado (Porter & Kramer, 2006).

Em 2008, com o objetivo de melhorar a definição de responsabilidade social empresarial, os autores Schwartz e Carrol, deram continuidade ao modelo desenvolvido em 2003, tornando-o mais abrangente. O novo modelo VBA – Value, Balance e Accountability, baseado em cinco temas complementares e interdependentes: responsabilidade social, ética empresarial, administração de stakeholders, sustentabilidade e cidadania empresarial, são unidos em função de três conceitos centrais: valor, equilíbrio e responsabilidade (Schwartz & Carroll, 2008).

Numa tentativa de construir uma representação para mostrar a evolução do conceito de responsabilidade social empresarial os autores apresentam o seguinte esquema:

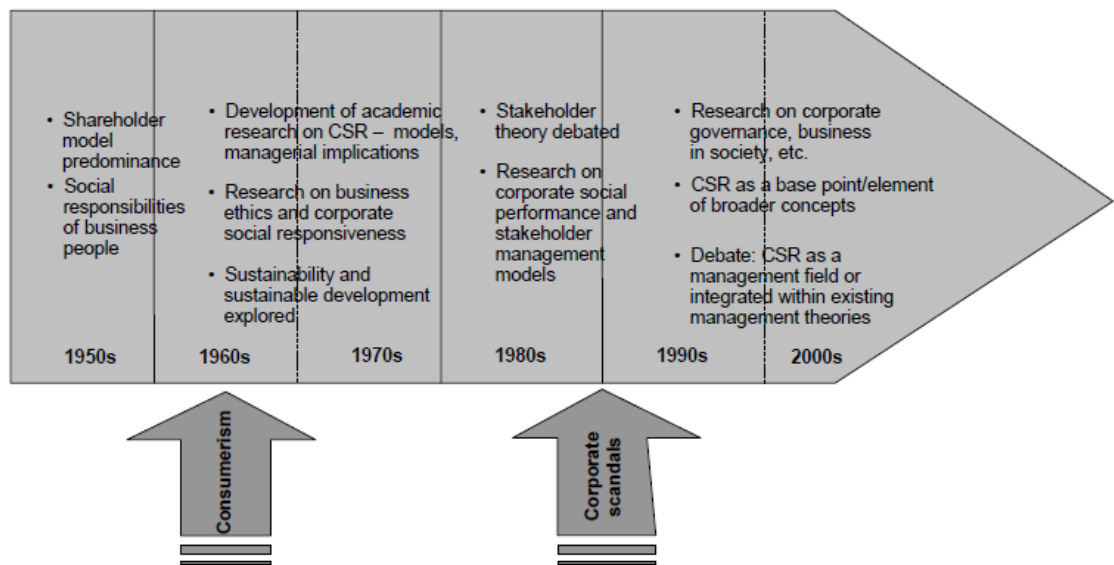


Figura 3: Evolução do conceito de responsabilidade social

Fonte : Kakabadse et al. (2005, p. 279)

Em resumo, é possível dizer que os anos cinquenta foram associados a questões relacionadas com o “*shareholder model*”. Como supracitado anteriormente, o livro de Bowen, pronunciava-se acerca das responsabilidades dos empresários. Nas décadas de sessenta e setenta assistiu-se a um desenvolvimento de pesquisas académicas acerca de modelos de responsabilidade social, ética nos negócios e questões relacionadas com a sustentabilidade e desenvolvimento sustentável. Nos anos oitenta, surgiu um novo foco de interesse na responsabilidade social, em que se assiste a um desenvolvimento da “*stakeholder theory*”. A partir dos anos noventa, observa-se um desenvolvimento das pesquisas e são reformulados e criados novos modelos de responsabilidade social das empresas (Kakabadse, et al., 2005, pp. 279-280).

2.1.3 Normas de responsabilidade social

Presentemente as empresas veem-se obrigadas a conquistar novos mercados para que seja possível a sua sobrevivência. Para que tal seja possível, é necessário encontrar fatores competitivos e diferenciadores entre as empresas que sejam reconhecidos além-fronteiras. Pelo que existe uma crescente preocupação por parte das empresas em adotar práticas que sejam reconhecidas por vários organismos.

Segundo dados fornecidos pela APCER (2014) a primeira versão da SA 8000 - Sistemas de Gestão da Responsabilidade Social teve a sua primeira publicação em 1997. Provinda da SAI - *Social Accountability International*, trata-se de uma norma internacional, certificável, que se baseia nas doze Convenções da OIT - Organização Internacional do Trabalho, na Declaração dos Direitos do Homem das Nações Unidas e na Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos das Crianças. Consiste numa norma que pode ser aplicada em qualquer empresa, tendo como finalidade o aumento da competitividade da empresa respeitando princípios éticos, tomando em consideração a legislação do país. Para tal, é necessário que as empresas obedeçam a nove princípios base:

- ☐ Trabalho Infantil;
- ☐ Trabalho Forçado;
- ☐ Segurança e Saúde;
- ☐ Liberdade de Associação e Direito à Negociação Coletiva;
- ☐ Discriminação;
- ☐ Práticas Disciplinares;
- ☐ Horário de Trabalho;
- ☐ Remuneração;
- ☐ Sistema de Gestão.

Mais recentemente, em 1 de Novembro de 2010, foi publicada a ISO 26000 pela *International Organization for Standardization*, que se trata de uma norma que serve como guia internacional para a implementação da responsabilidade social nas

organizações (ISO, 2014). Trata-se de uma norma que não prevê a certificação, tem como finalidade tecer um conjunto de orientações acerca da responsabilidade social. No ponto quatro desta norma são elencados um conjunto de sete princípios de responsabilidade social:

- Accountability;
- Transparência;
- Comportamento ético;
- Respeito pelos interesses das partes interessadas;
- Respeito pelo estado de direito;
- Respeito pelas normas internacionais de conduta;
- Respeito pelos direitos humanos.

Ao conjunto de princípios, a norma, no seu ponto seis, indica os sete temas essenciais da responsabilidade social, sendo eles:

- Governança organizacional;
- Direitos humanos;
- Práticas laborais;
- Ambiente;
- Práticas operacionais justas;
- Questões relativas ao consumidor;
- Desenvolvimento e envolvimento da comunidade.

No âmbito da ISO 26000, foi aconselhado que cada país concebesse, um documento semelhante, tendo em conta a realidade organizacional, que ajudasse a desenvolver e a implementar práticas de responsabilidade social. Desta forma, como resultado desta recomendação, surgiu a norma portuguesa NP 4469-1:2008 (parte 1) – Sistema de Gestão da Responsabilidade Social. Trata-se de uma norma que descreve os requisitos para um sistema de gestão da responsabilidade social com a finalidade de possibilitar à organização o desenvolvimento e implementação de uma política e objetivos, tendo em consideração os pontos de vista dos *stakeholders* e todas as informações necessárias sobre a responsabilidade social. A NP 4469-2:2010 (parte 2) consiste num guia prático que explica a primeira parte da norma (CRIS, 2012).

De acordo com a APCER (2014) a norma portuguesa possibilita os seguintes benefícios:

- Maior credibilidade e reputação no mercado;
- Vantagens competitivas;
- Melhor controlo da conformidade legal;
- Aumento da produtividade;
- Melhor relação com todas as partes interessadas;
- Contributo para o desenvolvimento sustentável.

No ano de 2007, a APEE – Associação Portuguesa de Ética Empresarial, elaborou a norma NP – 4460-1:2007 – Ética nas Organizações. Trata-se de uma norma não certificável, servindo apenas como orientação. Esta norma surgiu com a finalidade de desenvolver um conjunto de linhas de orientação para o tema, nomeadamente: criar uma linguagem comum, desenvolver códigos de éticos personalizados, envolver eficazmente as partes interessadas internas e externas na definição de condutas apropriadas, e proporcionar que o código de ética seja um documento com significado efetivo para a organização. Por conseguinte, a segunda parte desta norma a NP 4460-2:2010 publicada em 2010 tem na sua génese um guia prático da primeira parte da norma (CRIS, 2012). Segundo um estudo publicado pela PWC em Dezembro de 2012, cerca de 93% das empresas⁴ possuem código de ética (PWC, 2012, p. 23).

⁴ “Participaram no estudo empresas de diversas dimensões, desde as grandes empresas nacionais (50% das empresas listadas no PSI20), até às pequenas e médias empresas. A maior parte das empresas, 38%, possui um volume de negócios entre os 51 e os 500 milhões de euros.” (PWC, 2012, p. 42)

2.1.4 Responsabilidade social em Portugal

Em Portugal, as primeiras manifestações de responsabilidade social, remontam ao século XV aquando da criação das misericórdias.

Entre os anos de 1926 e 1974, assistiu-se a diversas iniciativas que tinham como objetivo defender os empregados, dado o poder autoritário vigente naquela época. Após a revolução de 1974, verificou-se uma mudança na sociedade, com as nacionalizações das empresas e a criação de uma economia social as empresas começaram a assumir novas orientações.

As discussões em torno de questões ambientais são, relativamente, novas. Alguns anos atrás, Portugal, não lhes dava grande importância, pois era considerado um país com um nível baixo de industrialização que possuía baixos níveis de poluição comparativamente com outros países da União Europeia. Mas recentemente, passou a existir uma preocupação constante por parte das empresas portuguesas com as questões sociais e ambientais.

Até ao ano de 2000, as empresas aplicavam práticas de responsabilidade social de modo informal. A partir da Cimeira Europeia de Lisboa, em março de 2000, foram adotadas pelas empresas portuguesas práticas que passaram a estar formalmente construídas (Pinto, 2004, p. 11).

Atualmente, existe uma preocupação por parte das empresas em termos de responsabilidade social. Estas procuram tornar-se certificadas pelas normas anteriormente descritas com a finalidade de conquistar novos públicos e novos mercados. Uma empresa socialmente responsável gera valor para si mesma. A responsabilidade social deixou de ser uma opção para as empresas. É uma questão de visão, de estratégia e, muitas vezes, de sobrevivência.

Em 2005, segundo um estudo realizado pela BioRumo⁵ (2005), existiam em Portugal, três instituições para apoiar as empresas em termos de responsabilidade social. O BCSD

⁵ BioRumo é uma empresa de consultoria especializada na gestão da responsabilidade social e ambiental.

Portugal – Conselho Empresarial para o Desenvolvimento Sustentável, o GRACE – Grupo de Reflexão e Apoio à Cidadania Empresarial e a SER Portugal.

2.1.5 Responsabilidade social e sustentabilidade

“Para a gestão das empresas, prosseguindo o conceito de RSE, devem ser tidos em conta três fatores fundamentais: o planeta (preocupações ambientais), as pessoas (preocupações sociais) e a rentabilidade (preocupações económicas).”

(BioRumo, 2005, p. 24)

De acordo com o *World Business Council for Sustainable Development* (WBCSD), o termo responsabilidade social das empresas *“descreve a contribuição das empresas para o desenvolvimento sustentável”*. Segundo este mesmo organismo, o nome responsabilidade social empresarial, encontra-se desatualizado. Devemos tratar o assunto como *responsabilidade empresarial*, uma vez que, este tema abarca questões, não só, mas também, de carácter ambiental (BioRumo, 2005, p. 24).

Atualmente existem opiniões distintas no que concerne à ligação entre a responsabilidade empresarial e a sustentabilidade. Em resultado do presente estudo, e indo de encontro ao anuário de sustentabilidade do ano de 2005, analisando o conceito de responsabilidade social e tomando em consideração a gestão das empresas, numa visão de longo prazo, devem ser levados em linha de conta três fatores essenciais: a dimensão ambiental, a social e a económica. Este conjunto de três temas é conhecido na literatura como *Triple Bottom Line - people, planet and profit*, introduzido no trabalho de Elkington em 1997. A partir deste termo, podemos dizer que as empresas devem integrar a responsabilidade social e ambiental, juntamente com os seus objetivos económicos, no processo de tomada de decisão da empresa. A imagem que se segue representa a visão do *Triple Bottom Line - people, planet and profit*.

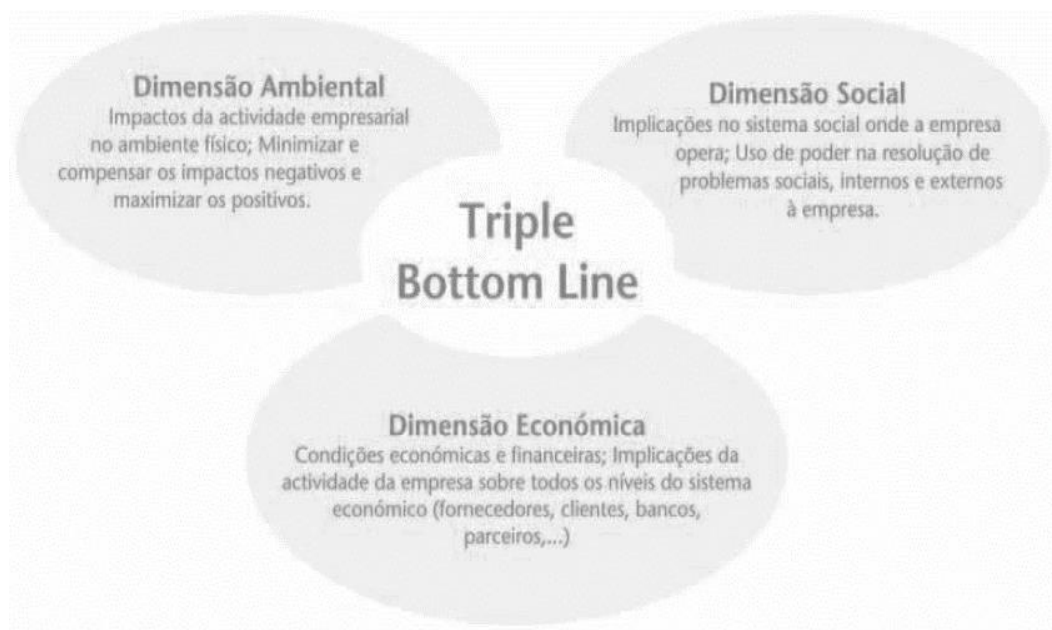


Figura 4: Triple bottom line

Fonte: BioRumo (2005)

2.1.5.1 Avaliação e comunicação do desempenho da sustentabilidade das empresas

No contexto atual constatamos a existência de diversas evoluções a nível social, económico e ambiental e também uma crescente exigência por parte dos *stakeholders*. Presentemente, diversos *stakeholders*, como por exemplo as instituições financeiras, nomeadamente bancos, seguradoras e fundos de investimento, assim como as autoridades ambientais, as ONG's e o público, requerem à empresa informações acerca do seu desempenho ambiental e social. Contudo, é sabido que a informação normalmente disponibilizada acerca do desempenho financeiro apenas dá uma visão parcial da sustentabilidade da empresa. Neste sentido, as empresas veem-se

confrontadas com a necessidade de aumentar os seus níveis de transparência e *accountability*. Na mesma linha de pensamento, podemos dizer que quanto mais uma empresa se torna responsável maior o interesse em divulgar essa vertente. Pelo que, têm sido desenvolvidas ferramentas de avaliação e comunicação do desempenho da mesma. De acordo com os objetivos da empresa, existem três grupos de ferramentas que podem vir a ser utilizadas pelas empresas: (Antunes, et al., 2003)

- Indicadores de desempenho ambiental;
- Indicadores de ordenação do desempenho ambiental; e/ou
- Relatórios ambientais ou de sustentabilidade.

Indicadores de desempenho ambiental

Os indicadores de desempenho ambiental têm como finalidades: avaliar os níveis de eficiência e eficácia da sustentabilidade ou gestão ambiental de uma empresa e também avaliar o processo de gestão, tendo em conta as metas previamente estabelecidas. Os indicadores mais utilizados, de acordo com o estudo, são a norma internacional ISO 14031, os indicadores de eco-eficiência desenvolvidos pelo WBCSD e os indicadores de desempenho preconizados pela GRI.

Indicadores de ordenação do desempenho ambiental

Uma outra ferramenta é o *ranking* do desempenho ambiental ou de sustentabilidade das empresas. Este instrumento tem sido cada vez mais utilizado pelo setor da banca, a fim de analisar a empresa no que concerne às questões de sustentabilidade. O indicador mais utilizado na avaliação da sustentabilidade das empresas é o indicador desenvolvido pela *SAM - Sustainability Asset Management*, para avaliação das empresas a incluir no *Dow Jones Sustainability Index*.

“Relatórios ganharão cada vez mais espaço e importância no meio corporativo”

KPMG (2014 a)) - 4 de Fevereiro de 2014

Um relatório de sustentabilidade trata-se de um documento elaborado pela empresa onde esta divulga informações relacionadas com o seu desempenho sustentável, isto é, a empresa descreve as práticas realizadas em termos sociais, ambientais e económicos. O relatório deve fornecer uma exposição razoável e equilibrada das atividades desenvolvidas pela empresa, salientando, não só os aspetos positivos mas também os aspetos negativos observados (GRI, 2006). Cada vez mais as empresas têm necessidade de elaborar relatórios de sustentabilidade, embora não exista essa obrigatoriedade em Portugal, devido às pressões que são exercidas pelos diversos *stakeholders*. Em alguns países como a França, Alemanha e Países nórdicos, existe já a obrigatoriedade de divulgar elementos que se relacionem com o desenvolvimento sustentável (Mendes & Sardinha, 2009).

Segundo o sítio *CorporateRegister.com - CSR Report Directory*, o maior *website* mundial on-line destinado a relatórios empresariais não financeiros, assistimos a um aumento da publicação de relatórios relacionados com a sustentabilidade empresarial, tendo em 2012 sido publicados aproximadamente 7000 registos (CorporateRegister.com, 2013, p. 5). Na Europa é onde se assiste a um maior crescimento de publicações de relatórios de sustentabilidade, como é possível verificar no gráfico 1 que se apresenta de seguida.

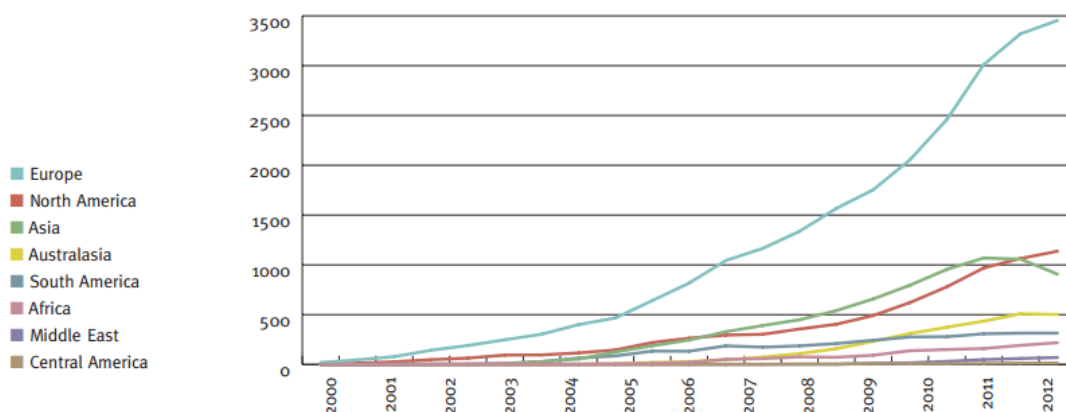


Gráfico 1: Publicação de relatórios de sustentabilidade por região

Fonte: CorporateRegister.com (2013)

Como é possível visualizar no gráfico 2, em Portugal o panorama é semelhante ao que acontece no resto da Europa. Segundo um estudo realizado pela empresa KPMG, em Janeiro de 2014, mais de 70% das empresas portuguesas⁶ produzem relatórios de responsabilidade empresarial. Neste estudo também foi possível identificar que os investidores dão preferência a empresas que produzam relatórios empresariais, e que neles identifiquem os principais riscos e ameaças que a empresa enfrenta.

⁶ O estudo realizado pela KPMG analisou as 100 maiores empresas de 41 países (KPMG, 2014 b)).

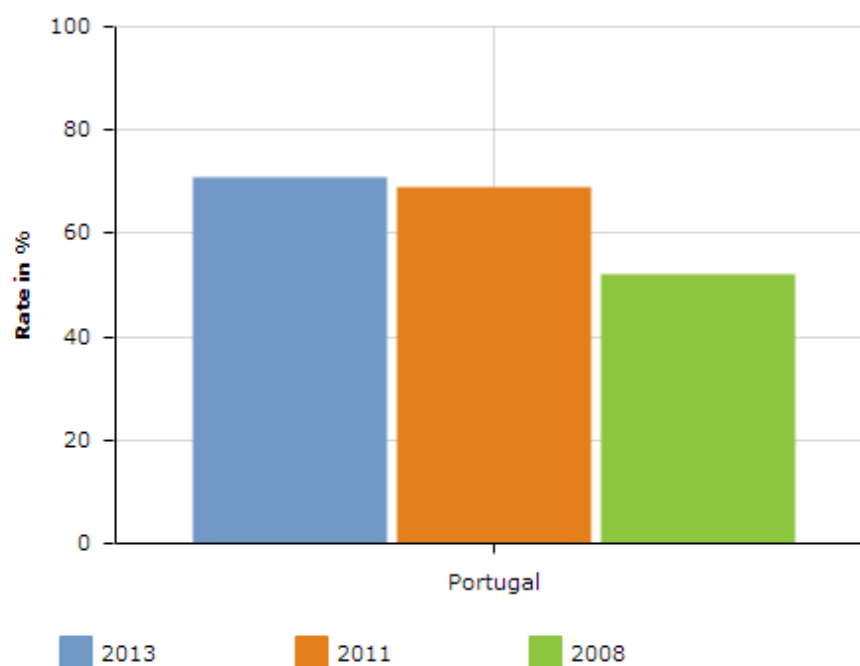


Gráfico 2: Crescente publicação de relatórios corporativos em Portugal

Fonte: KPMG (2014)

Assistimos, cada vez mais, a uma popularização do tema de “relatórios de sustentabilidade” nas nossas empresas. Há alguns anos os “relatórios ambientais” e “relatórios de saúde, segurança e ambiente”, eram extremamente utilizados, atualmente as empresas passaram a privilegiar a nova designação que parece vir a conquistar novos adeptos ano após ano.

Segundo a GRI (2006), os relatórios de sustentabilidade, de entre outros, possuem os seguintes objetivos:

- *Benchmarking* e avaliação do desempenho relativamente a leis, a normas, a códigos, a padrões de desempenho e a iniciativas voluntárias;
- Demonstração da forma como a organização influencia e é influenciada por expectativas de desenvolvimento sustentável;
- Comparação do desempenho no âmbito de uma organização e entre diferentes organizações, ao longo do tempo.

Existem inúmeros benefícios relacionados com a publicação de relatórios de sustentabilidade, de salientar os seguintes: a melhoria da imagem e confiança transmitida aos seus *stakeholders*, aumento da transparência em relação ao seu desempenho, monitorização da melhoria contínua do desempenho da empresa, motivação dos colaboradores e eficiência na resposta dos *stakeholders* (BioRumo, 2006).

Por outro lado, existem alguns obstáculos, que dificultam a elaboração de relatórios de sustentabilidade. Um estudo da KPMG (2006) identificou os principais impedimentos à elaboração de relatórios de sustentabilidade, sendo os principais os custos associados e a falta de recursos por parte da empresa.

Presentemente, existem várias entidades que propõem diretrizes para a elaboração de relatórios de sustentabilidade. As mais conhecidas são as provenientes da *Global Reporting Initiative* (GRI), da *United Nations Environmental Programme* (UNEP) e da *United Nations Conference on Trade and Development* (UNCTAD). As diretrizes da GRI serão analisadas com mais detalhe seguidamente, por se considerarem as mais utilizadas a nível mundial e as que obtêm um maior reconhecimento.

GRI – *Global Reporting Initiative*

GRI é uma organização não-governamental, fundada em 1997 pela *Coalition for Environmentally Responsible Economics* (CERES) e pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (UNEP), que promove a sustentabilidade económica, ambiental e social a um nível global. Atualmente possui a sua sede em Amesterdão. Esta organização tem como missão difundir as diretrizes de elaboração de relatórios de sustentabilidade a todas as organizações (GRI, 2006).

Desde 1999, foram elaboradas diversas versões de diretrizes GRI. Em maio de 2013, foi emitida a quarta versão das diretrizes para elaboração de relatórios de sustentabilidade. O que distingue esta nova versão da antiga é essencialmente o critério da materialidade. O relevo deste critério tem como fundamento principal incentivar as organizações a divulgar informações que sejam críticas para o seu negócio e para os *stakeholders*. Desta

forma, a diretriz G4, tem como finalidade proporcionar relatórios que se focalizem nos impactos relevantes para a empresa e para a sociedade, isto é, elaborar documentos que sejam credíveis e estratégicos e que sejam facilmente consultáveis pelos *stakeholders* (PWC, 2013).

Segundo um estudo realizado pela Comissão Europeia (2011) o número de empresas que publicam relatórios de sustentabilidade em conformidade com as orientações da *Global Reporting Initiative* aumentou de 270 em 2006 para mais de 850 em 2011.

As diretrizes da GRI são consideradas as mais exigentes a nível mundial, mas também aquelas que possuem um maior reconhecimento a nível mundial (KPMG, 2013). Em Portugal, a grande maioria das empresas utilizam as diretrizes da GRI (KPMG, 2014 c)).

2.2. EDP

2.2.1. Energia elétrica em Portugal

Não existindo dados concretos, não nos é possível determinar qual o momento exato do aparecimento da energia elétrica em Portugal. Pensa-se que o primeiro momento de aparecimento da energia elétrica remonta a setembro de 1878. Nesse ano, foram aplicados seis candeeiros na esplanada da cidadela de Cascais, aquando da comemoração do aniversário do rei D. Carlos e, mais tarde, no Chiado, em Lisboa.

O ano de 1891 é apontado como o ano do desenvolvimento da energia, aquando da criação das Companhias Reunidas de Gás e Eletricidade (CRGE)⁷. Após o aparecimento desta entidade a Câmara Municipal de Lisboa cedeu-lhe o direito de *"produzir, distribuir e vender gás e eletricidade destinada à iluminação pública e particular e a outros usos domésticos e industriais na área municipal da cidade de Lisboa"*.

No início do século XX o governo português facultou a vários municípios alvarás para a produção de energia elétrica. Deste modo, por todo o país, assistiu-se a um aparecimento de pequenas centrais térmicas e de queda de água. A primeira foi edificada em fevereiro de 1907, com o aproveitamento do Rio Lima, na freguesia de Lindoso, Concelho de Ponte da Barca. Em 1928, existiam em Portugal 395 centrais (Soares, 1902) (M.S.C, 2003).

As questões relacionadas com a energia, nomeadamente a necessidade de fornecer o país com rede elétrica, diminuição do seu custo e a sua utilização pela generalidade da população, começaram a ser debatidas por parte dos académicos, no meio empresarial e também nos serviços estatais nos finais dos anos 20 e início dos anos 30 do século XX (Eletricidade, 2001).

Após o primeiro congresso Nacional de Engenharia, em 1931, começou-se a discutir questões acerca da questão energética e do aumento dos consumos de eletricidade. Em

⁷ Tratando-se da fusão da Companhia Lisbonense de Iluminação a gás e da Companhia de Gás de Lisboa.

consequência, em 1944, surgiu a Lei da Eletrificação Nacional – Lei 2002. Esta lei era voltada para a centralização e coordenação da produção elétrica e também para a criação de uma rede elétrica primária de exploração sustentada nos recursos hídricos do país.

Nos finais da década de 1960, surge uma nova entidade, a Companhia Portuguesa de Eletricidade (CPE). Esta empresa resulta da fusão das empresas concessionárias da produção e transporte da rede elétrica primária. Com a criação desta nova entidade o estado passou a deter um controlo direto sobre os maiores centros produtores do país juntamente com a rede de transporte. Nos anos de 1970, assistiu-se a diversos conflitos relacionados com a produção de energia elétrica, nomeadamente o monopólio por parte de uma entidade e a diminuição de concessionários de energia. Para solucionar estas questões o Estado efetuou a nacionalização das maiores empresas produtoras e distribuidoras de energia elétrica em Abril de 1975 e a posterior constituição da EDP – Eletricidade de Portugal, em Junho de 1976.

2.2.2. Evolução histórica da EDP

A EDP – Energias de Portugal, é criada no verão de 1976 através da integração das principais empresas do setor de produção, transporte e distribuição da rede elétrica de Portugal Continental que tinham sido nacionalizadas em 1975. Os seus principais objetivos consistiam na continuação do processo de eletrificação do país, melhorar a qualidade da rede elétrica e o estabelecimento de um tarifário único para todos os clientes.

Após a sua criação e até 1989, a principal tarefa da EDP cingiu-se ao fornecimento de energia elétrica aos locais mais isolados do território tendo permitido uma maior atratividade das populações a esses locais e também fundamentando a fixação de empresas. É possível dizer que, entre 1977 e 1989, foram eletrificadas cerca de 5380 povoações.

É em 1991 que a EDP passa a Sociedade Anónima e em 1994 passa a ser um grupo empresarial. A primeira fase de reprivatização da EDP acontece com a venda de 29,99%

do seu capital, em 1997. Em Maio de 1998, verifica-se uma terceira fase da reprivatização em que é celebrado um acordo de parceria estratégica entre a EDP e a empresa espanhola Iberdrola, ficando à disposição desta 2,25% do capital da empresa. Assiste-se nesse mesmo ano, em Junho, a uma outra fase em que é alienado 16,2% do seu capital. No mês de Outubro de 2000, ocorre a quarta fase de reprivatização, que é marcada pela venda por parte do estado português de uma posição correspondente a 20% do capital da EDP, reduzindo a sua posição na empresa (de 51% para 31%). A quinta fase de reprivatização efetivou-se com um aumento de capital, ficando o Estado Português apenas a deter cerca de 25% do capital da EDP. A 9 de Dezembro de 2005, foi efetuada uma emissão de obrigações que possibilitavam a permuta por ações representativas do capital da EDP, assistindo-se à sexta fase de reprivatização. Numa fase seguinte, em 15 de Novembro de 2007, efetivou-se novamente uma emissão de obrigações suscetíveis de permuta por ações representativas do capital da EDP. Mais recentemente, assistiu-se à oitava fase de reprivatização da EDP. Esta ocorreu em 22 de Dezembro de 2011 aquando da venda de 21,35% do capital social da EDP à *China Three Gorges Corporation* (EDP, 2013 a)).

2.2.3. Breve história da marca

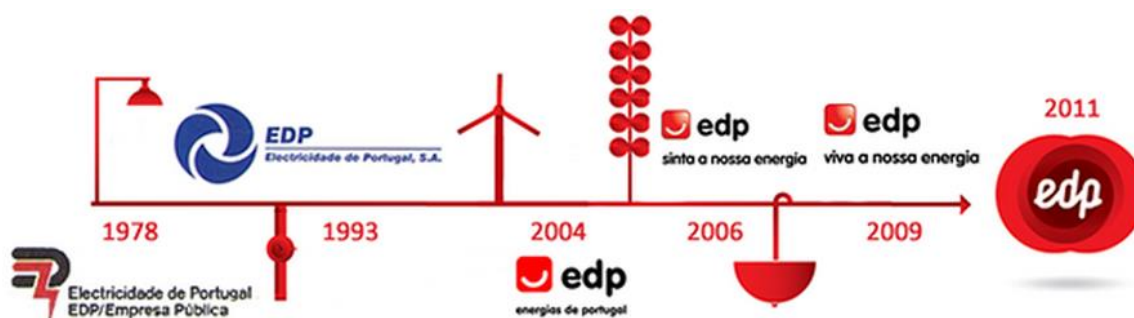


Figura 5: História da marca EDP

Fonte: EDP (2013 b))

A primeira marca EDP surge em 1978, sendo denominada por Eletricidade de Portugal/ Empresa Pública, era caracterizada pela letra “E” que simbolizava o negócio da Eletricidade.

Em 1993 assiste-se a uma mudança do simbolismo da EDP. O novo símbolo pretendia representar as três áreas de atuação da empresa: produção, transporte e distribuição de energia. Segundo a própria EDP, nesta altura a empresa ainda não era muito bem aceite pela população em geral, esta era conhecida como uma marca muito cara, abusiva e distante.

O grande *rebranding* que aconteceu na EDP verificou-se em 2004. Nesse ano a empresa altera a sua marca para um sorriso de forma a transmitir uma empresa mais transparente e mais próxima da população, tentando contrariar a imagem que outrora tinham. O vermelho caracterizou esta nova marca com o objetivo de transmitir paixão, emoção, calor e diferenciação. Nesta fase, também se assistiu a uma mudança na assinatura da empresa passando de “*Eletricidade de Portugal*” para “*Energia de Portugal*” uma vez que o seu negócio abrangia outras atividades no setor da energia.

Em 2006 e 2009 volta a existir uma mudança na assinatura da empresa. A primeira mudança de assinatura foi justificada pela liberalização do mercado doméstico do setor elétrico em Portugal. Nesse momento a EDP mudou a sua assinatura para “*sinta a nossa energia*”.

Mais recentemente, em 2011, assiste-se, a uma nova alteração no simbolismo da empresa. Este novo símbolo é dinâmico e pretende caracterizar a EDP como sendo uma empresa humana, sustentável e inovadora (EDP, 2013 b)).

2.2.4. EDP de hoje

Atualmente, segundo um estudo realizado pela Brand-Finance, a EDP é a 476ª empresa mais valiosa do mundo, a marca mais valiosa de Portugal. Segundo este estudo, a EDP apresenta um *brand value* de 3,143 mil milhões de euros e um *brand rating* de AA+ (Brandirectory, 2014).

De acordo com o IR Global Rankings, a EDP é a empresa com melhor relato financeiro a nível mundial. Deste modo, devemos salientar a qualidade da informação operacional e financeira proporcionada pela empresa (Rankings, 2013).

De referir também que, pelo sexto ano consecutivo, a empresa integra os índices de sustentabilidade *DJSI World e Europe*. Começou a ser selecionada para ingressar no *DJSI* no ano de 2008 e desde então tem obtido elevadas pontuações. No 2009, ficou posicionada nas treze melhores do setor a nível mundial e foi considerada como uma das sete melhores a nível Europeu. Nos anos de 2010, 2011 e 2013 foi líder mundial em relatórios de sustentabilidade do sector das *utilities* (eletricidade, água e gás), tendo neste último ano, obtido uma pontuação jamais conseguida (EDP, 2013 c)).

A EDP foi considerada pela *Fundación MásFamilia* uma empresa familiarmente responsável, pelo papel que desenvolve junto dos seus colaboradores. Algumas das medidas tomadas pela EDP para motivar os seus colaboradores é a ginástica laboral, os apoios aos nascimentos e adoção, doando quinhentos euros para uma conta em nome do bebé, valorização pessoal e profissional, flexibilidade temporal e espacial, entre outros (EDP, 2013 d)).

Segundo dados recentes, em 2013, a empresa contava com 12 182 colaboradores. A sua principal visão é tornar-se uma empresa global de energia, líder na criação de valor, inovação e sustentabilidade. A empresa apresenta um conjunto de valores que representam a sua maneira de estar presente no mercado – confiança, excelência, iniciativa, inovação e sustentabilidade. No seu relatório, são salientados compromissos para com pessoas, clientes, sustentabilidade e resultados.

Relativamente à estrutura acionista a EDP, atualmente, a que possui um maior nível de participação, com 21,35% das ações, é a *China Three Gorges*. No quadro seguinte é apresentada a estrutura acionista da empresa.

ACCIONISTA	Nº. Acções	% Capital	% Voto Exercitáveis
China Three Gorges	780.633.782	21,35%	21,35%
Iberdrola Energia S.A.U.	243.395.875	6,66%	6,66%
Oppidum	226.046.616	6,18%	6,18%
Capital Group Companies, Inc.	182.792.530	5,03%	5,03%
José de Mello - SGPS, S.A.	168.077.151	4,60%	4,60%
Senfora SARL	148.431.999	4,06%	4,06%
Grupo BCP + Fundo de Pensões do Grupo BCP	122.667.974	3,35%	3,35%
Sonatrach	87.007.443	2,38%	2,38%
Banco Espírito Santo, S.A.	86.863.601	2,38%	2,38%
Qatar Holding LLC	82.868.933	2,27%	2,27%
Massachusetts Financial Services Company	78.599.362	2,15%	2,15%
BlackRock, Inc.	73.268.245	2,00%	2,00%
EDP (Acções próprias)	28.710.246	0,79%	-
Restantes Accionistas	1.346.154.085		
Total	3.656.537.715	100,00%	

Tabela 1: Estrutura acionista da EDP

Fonte: EDP (2014 a))

A EDP, ao contrário do que se verifica na generalidade das empresas portuguesas, possui um modelo dualista ou germânico (CMVM, 2012) (CMVM, 2011) (CMVM, 2009). De acordo com o artigo 276º do Código das Sociedades Comerciais (CSC) existem três modelos de *Corporate Governance* o modelo latino, o anglo-saxónico e o dualista ou germânico. As diferenças entre os diferentes modelos residem na sua estrutura. Enquanto o modelo latino é constituído pelo conselho de administração e um conselho fiscal ou fiscal único o modelo anglo-saxónico compreende um conselho de administração, a comissão de auditoria e revisor oficial de contas. Por outro lado, num modelo dualista o conselho de administração de uma empresa compreende o conselho de administração executivo ou administrador único, o conselho geral e de supervisão e o revisor oficial de contas (Cruz, 2007). Na EDP, o conselho de administração é composto por um conjunto de seis vogais do conselho de administração executivo, tendo como CEO António Luís Guerra Nunes Mexia. O conselho geral e de supervisão é presidido por Eduardo de Almeida Catroga contando com mais vinte e três membros, sendo a maioria independentes. Por último, a competência de fiscalização da sociedade cabe à KPMG & Associados, SROC, S.A., representada pelo revisor oficial de contas Vítor Manuel da Cunha Ribeirinho (EDP, 2014 b)).

A empresa EDP proporciona serviços do setor energético em treze países, sendo eles: Portugal, Espanha, França, Itália, Reino Unido, Bélgica, Polónia, Roménia, Canadá, Brasil e Estados Unidos, detendo ainda participações em empresas noutros países, nomeadamente em Macau e tendo ainda interesses em Angola. Segundo dados constantes no relatório de Setembro de 2013, a EDP tem mais de 9,8 milhões de clientes de energia elétrica e cerca de 1,1 milhões de clientes de gás em Portugal e em Espanha (EDP, 2013 e)).

A EDP é, em Portugal, o maior produtor, distribuidor e comercializador de eletricidade, um dos maiores operadores energéticos da Península Ibérica e o 3º maior produtor mundial de energia eólica. A empresa possui parques eólicos na Península Ibérica, Estados Unidos, Brasil, França, Bélgica, Polónia, Roménia, e Itália estando a desenvolver novos parques no Reino Unido e no Canadá. Na Roménia, a EDP desenvolve a produção de energia solar fotovoltaica e no Brasil as atividades de produção, distribuição e comercialização de eletricidade. Atualmente, a EDP é também um dos maiores

distribuidores de gás de toda a Península Ibérica. Encontra-se cotada em diversos mercados. Faz parte de sete índices de diversos países, nomeadamente o PSI-20, *DJ Stoxx 600*, *DJ Eurostoxx utilities*, *Next 100*, *S&P 500*, *BOVESPA* e *DJ Industrial* (EDP, 2014 c)).

2.2.5. Dow Jones Sustainability Index

Em Setembro de 1991, foi criado o primeiro indicador bolsista da performance financeira das empresas líderes em sustentabilidade a nível global – O *Dow Jones Sustainability Index (DJSI)*. Este índice é elaborado com a colaboração da RobecoSAM e S&P Dow Jones Indices. As duas entidades avaliam o desempenho das principais empresas do mundo em termos económicos, ambientais e sociais (ROBECOSAM, 2014). “*The DJSI will provide investors and companies with insight into the trends and events driving global supply and demand of sustainable products and services.*” (ROBECOSAM, 2014)

Trata-se de um índice cada vez mais importante na análise de uma entidade e fundamental para os investidores, pois as empresas que constam neste índice são consideradas como capazes de criar valor para os seus acionistas, numa ótica de longo prazo, através de uma gestão dos riscos associados ao negócio (ROBECOSAM, 2014). Este índice é considerado como uma referência a nível mundial devido ao rigor em termos de quantidade de perguntas e à profundidade de informações solicitadas.

O Dow Jones & Company produz cinco tipos de índice de sustentabilidade:

- *Dow Jones Sustainability World Index* - mediante o sector económico, este índice, apresenta as empresas a nível global que se encontram nos primeiros 10% de classificação em termos de desenvolvimento sustentável.
- *Dow Jones Sustainability Europe Index* – enumera as empresas que considera serem líderes em sustentabilidade na Europa. São seleccionadas as empresas

que encontram nos primeiros 20% da classificação em termos de desenvolvimento sustentável.

- *Dow Jones Sustainability North America Index, Dow Jones Sustainability Asia Pacific Index e Dow Jones Sustainability Korea Index* – tratam-se de índices que selecionam as empresas que se encontram nos primeiros 20% (30% para a Coreia) da classificação de cada área geográfica, em termos de desenvolvimento sustentável.

O processo de avaliação comporta um questionário anual elaborado pela *RobecoSAM*. Este conjunto de perguntas envolve uma análise profunda à entidade com cerca de 80-120 perguntas que abrangem três dimensões: os fatores económicos, ambientais e sociais. O procedimento de avaliação consiste, também, na análise de fontes de informação como os relatórios de sustentabilidade, de saúde, de segurança, sociais e financeiros juntamente com outra informação pública disponível.

No ano de 2013 concorreram 3300 empresas ao DJSI.⁸ Segundo dados da *Dow Jones Sustainability Indices*, a EDP é a empresa líder mundial no sector das *utilities*. Pelo 6º ano consecutivo a empresa participa neste índice e venceu o primeiro lugar em 2010, 2011 e 2013, tendo, neste último ano atingido a pontuação mais elevada desde então.

⁸ As classificações podem ser visualizadas na tabela 2 apresentada em anexo.

3. Desenho da investigação

Os relatórios de sustentabilidade, atualmente, são uma forma de comunicação e gestão. É um meio para a entidade relatar como desenvolveu a sua atividade e quais as suas práticas de sustentabilidade. No entanto, estes relatórios têm vindo a ser utilizados pelas empresas como instrumentos de *impression management*⁹. Com efeito, estes documentos são, muitas vezes, elaborados com o objetivo de influenciar o modo como os outros veem a entidade, ou seja, com a finalidade de criar uma “*imagem bonita*” dessa entidade (Bogo, 2014).

A discrepância entre o que é divulgado e os acontecimentos efetivamente praticados pelas entidades têm sido alvo de diversos estudos de investigação, colocando em causa a transparência da informação relatada (Laufer, 2003) (Milne, et al., 2006) (Deegan, et al., 2006) (Cho & Patten, 2007) (Duchon & Drake, 2009). Recentemente, um artigo publicado por Boiral (2013), mostra evidência de que mesmo as entidades com elevadas classificações GRI, utilizam os seus relatórios de sustentabilidade para transmitir uma imagem perfeita da empresa, ocultando os problemas efetivamente ocorridos no seu dia a dia.

O objetivo deste trabalho insere-se na linha de investigação anteriormente apresentada, em que se procura analisar se os relatórios de sustentabilidade reproduzem os acontecimentos de um modo transparente. Levando em consideração as investigações realizadas por Islam & Deegan (2008) e Islam & Deegan (2010)¹⁰, em concreto, o objetivo do nosso estudo é analisar os relatórios da EDP, que é considerada uma entidade de referência mundial na produção de relatórios de sustentabilidade (líder mundial do setor das *utilities* de acordo com o índice *Dow Jones Sustainability Index*) e avaliar se esses relatórios divulgam os factos ocorridos na EDP ou apenas aqueles que a sociedade tem interesse em divulgar. Em face do exposto, a pergunta de investigação que pretendemos ver respondida é a seguinte:

⁹ Esta expressão anglo-saxónica é por traduzida como manipulação de impressões.

¹⁰ Os autores procuraram analisar as práticas de divulgação de duas multinacionais a Nike e H&M.

Os relatórios de sustentabilidade da EDP refletem os acontecimentos ocorridos durante o exercício de modo transparente?

Para responder à pergunta de investigação formulada pretendemos realizar um estudo que investigue a relação entre as notícias publicadas pelos media, em jornais, e o *disclosure* proporcionado pela empresa aos seus stakeholders, pela EDP que é uma entidade líder no índice Dow Jones de Sustentabilidade (DJSI).

Como o número de notícias existentes na comunicação social é muito extenso e é mais provável que a entidade seja mais propensa a divulgar notícias favoráveis do que as desfavoráveis delimitamos o nosso estudo às notícias de índole negativa. Em pesquisas anteriormente realizadas, os autores optam por fazer pesquisas acerca de notícias negativas relacionadas com as empresas, uma vez que consideram que com a publicação de notícias negativas os gestores tendem a publicar nos seus relatórios anuais notícias para restabelecer a sua imagem na sociedade (Dearing & Rogers, 1996) (O'Donovan, 1999) (Deegan, et al., 2002). Desta forma, a nossa pesquisa será baseada na atenção negativa dos media. Assim a nossa pergunta de investigação passa a ter um âmbito mais restrito que é o seguinte:

O Relato de Sustentabilidade da EDP reflete a publicação de notícias negativas na imprensa?

De referir que dada a extensão das notícias passíveis de ser analisadas, pela dimensão mundial da EDP, tivemos necessidade de delimitar o âmbito do nosso estudo. Assim, foi necessário escolher entre a utilização das notícias relacionadas com a EDP em Portugal ou optar por abranger a totalidade de notícias relacionadas com o Grupo EDP. Na mesma linha desenvolvida no trabalho de Islam & Deegan (2010) optámos pela pesquisa de notícias que abrangessem o Grupo EDP, uma vez que, o nosso estudo compreende a EDP como um todo.

Por fim, importa referir que face à opção de recolher todo o *disclosure* relacionado com os temas em análise ou apenas selecionar apenas as divulgações positivas feitas pela empresa optámos, ao contrário do que foi realizado pelo estudo de Islam & Deegan (2010), por recolher todas as palavras que estavam relacionadas com cada um dos temas

em discussão. Tal facto é justificado pela razão que nos levou a esta investigação, analisar se o melhor relatório de sustentabilidade a nível mundial no sector das *utilities*, segundo DJSI, que engloba tanto as divulgações de nível favorável como desfavorável para a entidade, reflete as notícias negativas que são publicadas nos jornais.

4. Metodologia de investigação e resultados obtidos

O presente capítulo do estudo tem como finalidade apresentar a metodologia adotada na investigação. Num primeiro ponto iremos abordar a metodologia que serviu de suporte ao estudo inicial - a análise de conteúdo. Seguidamente passaremos a definir qual a amostra que serve de suporte no nosso estudo assim como as variáveis que estão subjacentes aos procedimentos estatísticos realizados.

4.1. Análise de conteúdo

Como foi referido anteriormente, numa primeira fase do nosso trabalho, vamos utilizar uma metodologia que tem vindo a ser desenvolvida desde o princípio do século XX, a análise de conteúdo. Já em 1977, *Laurence Bardin* definiu como análise de conteúdo: *“um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos, sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens”*. (Bardin, 1977, p. 42)

A análise de conteúdo é uma metodologia que se considera empiricamente válida no estudo do relato de sustentabilidade nos relatórios anuais das empresas (Gray, et al., 1995) (Gallego, 2006) (Larrinaga, et al., 2008) (Branco & Rodrigues, 2008). É uma metodologia que vem sendo cada vez mais utilizada para estudos organizacionais e faz com que exista uma constante evolução e aumento do rigor científico destas. São vários os estudos realizados sobre relatórios de sustentabilidade que utilizam a análise de conteúdo, destacando-se os trabalhos de Islam & Deegan (2010), Islam & Deegan (2008), Bogo (2014), Rodrigues et al. (2009) e Siqueira et al. (2011).

Nesta fase inicial da investigação, é assim, importante usar esta metodologia, em que se pretende a codificação da informação qualitativa em dados quantitativos.

4.1.1. Seleção da amostra e definição de variáveis.

No estudo realizado o lapso temporal em análise é de cinco anos consecutivos compreendidos de 1 de janeiro de 2008 a 31 de dezembro de 2012. A limitação do período de estudo restringiu-se a cinco anos devido a um conjunto de motivos que a seguir se apresentam. Em primeiro lugar é necessário referir que embora a empresa tenha redigido o seu primeiro relatório de sustentabilidade no ano de 2003 só a partir de 2008 é que a empresa passou a incluir no seu relatório a componente económico-financeira, social e ambiental e, também, a partir desse momento é que passou a estar presente no *Dow Jones Index* (EDP, 2012, p. 286). Adicionalmente verificou-se que, aquando do início da investigação, não se encontrava totalmente disponível o relatório de 2013 da EDP. Daí o lapso temporal se cingir desde o início do ano de 2008, aquando da publicação do relatório de sustentabilidade que respeitando as três áreas de sustentabilidade, ao final do ano de 2012.

Após a definição do lapso temporal a analisar, foi realizada uma pesquisa em diversas páginas web de publicação de notícias nomeadamente: jornal expresso, jornal económico, jornal de negócios, jornal notícias, jornal público, diário económico, diário de notícias e correio da manhã. Esta pesquisa inicial contemplou a totalidade de notícias relacionadas com a EDP, independentemente de serem de carácter favorável ou desfavorável à entidade. De entre os sítios analisados, para a realização do presente estudo, seria necessário que a plataforma de informação permitisse realizar uma pesquisa de notícias por lapso temporal. Após a verificação desta condição, constatámos que apenas em quatro páginas web poderíamos realizar a pesquisa, sendo eles o jornal de negócios, o jornal de notícias, o diário de notícias e o correio da manhã. O jornal de negócios, referindo o lapso temporal de 1 janeiro de 2008 a 31 de dezembro de 2012, juntamente com a pesquisa “EDP”, apresenta um conjunto de 9.373 notícias (Jornal Negócios, 2014). Por outro lado, inserindo os mesmos dados no motor de busca do sítio do diário de notícias, são encontradas a totalidade de 3.433 notícias (Diário de Notícias, 2014). O correio da manhã apresenta 2.417 notícias (Correio da Manhã, 2014). Em último, o jornal de notícias, introduzindo os mesmos itens de pesquisa, obtêm a soma de 1.339 notícias (Jornal de Notícias, 2014).

A fim de obter uma pesquisa mais robusta, o nosso estudo vai-se cingir-se às notícias que são apresentadas pela página web do jornal de negócios, como referido anteriormente, na totalidade de 9.373 notícias.

No gráfico que se segue é apresentado o número de notícias publicadas no jornal de negócios. É possível constatar que ano após ano temos verificado um aumento de publicações de artigos relacionados com a EDP.

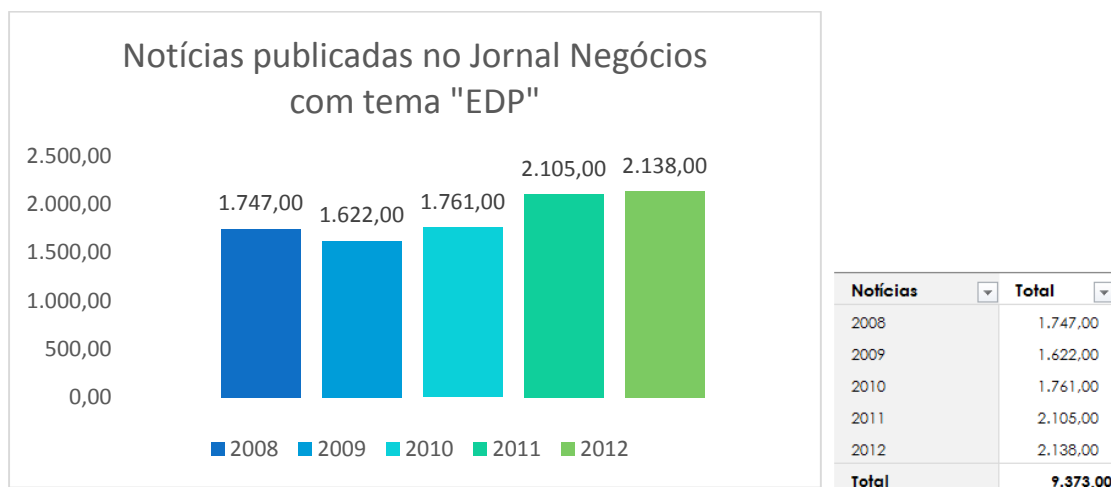


Gráfico 3: Totalidade de notícias publicadas no Jornal Negócios

Fonte: Elaboração própria

Depois de selecionadas a totalidade das notícias relacionadas com a EDP, nos anos em estudo, foi necessário restringir essas notícias aos temas que vão de encontro ao objetivo da investigação.

Sendo o relatório de sustentabilidade um documento que deverá proporcionar informação acerca de práticas sociais, ambientais e económicas, os temas a ser abordados serão os que se relacionam com estas matérias. Assim, foram adotados, com algumas adaptações, determinados temas indicados por Islam & Deegan (2010) que haviam sido utilizados em investigações anteriores Hackston & Milne (1996), Ernst & Ernst (1978), Guthrie (1982), Gray et al. (1995). O estudo realizado por Islam & Deegan

(2010) focava-se nos recursos humanos. Na mesma linha, a presente investigação irá contemplar temas referenciados pelo estudo, nomeadamente: Ambiente, Colaboradores, Produto e Comunidade, juntamente com novos temas: Negócio, Ética, I&D e Inovação, Cliente e Fornecedores. Deste modo, os temas analisados neste trabalho foram agrupados da seguinte forma:

- Negócio;
- Ética;
- I&D e Inovação;
- Ambiente;
- Colaboradores;
- Cliente e Produto;
- Fornecedores;
- Comunidade;

Após a definição do lapso temporal em estudo, identificação da totalidade das notícias encontradas e uma apresentação geral dos temas a desenvolver, entraremos na determinação das duas vertentes da investigação. Deste modo, seguidamente, será mensurado, em concreto, para cada ano em análise e para cada um dos temas definidos, o número de palavras e o número de notícias negativas publicadas nos jornais.

4.1.1.1 *Número de Palavras*

As empresas têm inúmeras formas de divulgar informações acerca das suas práticas e negócios, uma das mais importantes é o relatório anual. Este é um documento que é muito utilizado para fazer divulgações de informações sociais e ambientais e que é utilizado e consultado por inúmeros *stakeholders* (Rizk, et al., 2005).

Na nossa investigação, a fim de mensurar o nível de *disclosure* da empresa, para cada tema em análise, contamos o número de palavras, recorrendo ao Relatório & Contas da EDP que é o documento onde a empresa divulga, anualmente, todas as informações referentes à entidade.

Assim, para os anos em análise, foi identificado em cada Relatório & Contas a parte que dizia respeito aos temas em estudo (EDP, 2008) (EDP, 2009) (EDP, 2010) (EDP, 2011) (EDP, 2012). De salientar que nos anos de 2008, 2009 e 2010 o tema *Ética* inclui o que a EDP denomina como “Reconhecimento” e “Abordagem Corporativa”. Também o tema *Comunidade*, até ao ano de 2011, englobou uma parte do referente a “Comunicação”. A agregação destes elementos nos temas principais (Ética e Comunidade) justificou-se pelo facto de, em nossa opinião, serem temas interligados e estarem incluídos nesses mesmos temas no Relatório & Contas da EDP no ano de 2012.

Para proceder à contagem de palavras de cada tema, foi utilizada uma ferramenta de contagem incluída no processador de texto - Microsoft Word. Deste processo de contagem foram obtidos os seguintes resultados:

	Número de Palavras								
	Negócio	Ética	I & D e Inovação	Ambiente	Colaboradores	Cliente e Produto	Fornecedores	Comunidade	Total
2008	22445	1783	945	4503	5096	3027	1031	3078	41908
2009	13060	2256	1623	3544	4587	4191	1627	3987	34875
2010	16600	2981	1767	4235	4853	3247	2293	4697	40673
2011	6622	1042	2051	5439	4092	3612	2616	3395	28869
2012	6959	1039	1665	5689	5046	3647	2712	2764	29521
Total	65686	9101	8051	23410	23674	17724	10279	17921	175846

Tabela 2: Número de palavras encontradas por tema

Fonte: Elaboração própria

O gráfico 4 representa, de uma forma mais explícita, por temas, os que tem mais peso no Relatório & Contas da EDP. É possível constatar que o tema que tem mais ênfase no relatório da empresa é o *Negócio*, em que a empresa emprega mais palavras para descrever tudo o que se encontra relacionado com o seu ambiente empresarial, representando cerca de 37%. Os temas *Ambiente* e *Colaboradores* apresentam uma discrepância mínima entre o número de palavras redigidas em cada um destes dois temas o que faz com que a percentagem de palavras se situe em torno dos 13%. Seguidamente, surgem os temas *Cliente e Produto* e *Comunidade*, na mesma situação que os tópicos anteriores, representam, cada uma, cerca de 10% do total de palavras. Num outro nível mais baixo, com cerca de metade do número de palavras publicadas em relação ao nível anteriormente apresentado, aparecem os temas *Ética*, *I & D e Inovação* e *Fornecedores* com número de palavras a variar entre os oito mil e as dez mil palavras o que faz com que a percentagem representada por estes temas se situe entre 5 % e 6 %.

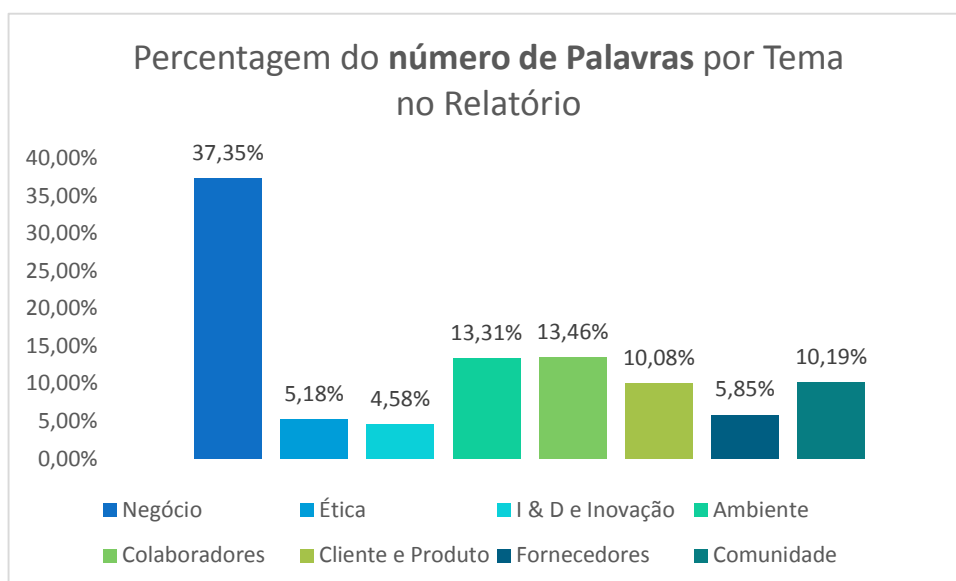


Gráfico 4: Percentagem do número de palavras por tema

Fonte: Elaboração própria

4.1.1.2 Notícias Negativas

Foram pesquisadas, para cada ano, o número de notícias negativas publicadas no jornal. Consideram-se notícias negativas as que se relacionavam com a queda de lucros, perda de clientes, diminuição de investimentos, ações que prejudicavam o ambiente ou mesmo as que falavam de condutas impróprias praticadas pela empresa EDP. No motor de busca foram indicadas, para cada tema, palavras ou referências que auxiliassem na pesquisa relacionada com cada tópico. No tema *Ética*, foram feitas pesquisas com referência a ética e responsabilidade. Na pesquisa de *I & D e Inovação* foram feitas várias pesquisas com: EDP renováveis, tecnologias da produção, redes inteligentes e eficiência energética. No que respeita ao *Ambiente* as palavras alterações climáticas, biodiversidade e água, constaram na pesquisa. No tópico *Colaboradores* consideramos ainda termos sinónimos como trabalhador e empregado. De referir que foram excluídas todas as notícias que se encontravam relacionadas com o desempenho da empresa EDP na bolsa. Foi possível recolher o seguinte conjunto de dados representado na Tabela 3:

	Número de Notícias							
	Negócio	Ética	I & D e Inovação	Ambiente	Colaboradores	Cliente e Produto	Comunidade	Total
2008	15	4	0	0	1	6	1	27
2009	15	6	0	0	5	6	1	35
2010	9	4	0	0	2	12	1	29
2011	15	4	1	0	3	5	5	33
2012	7	5	2	1	4	11	4	34
Total	61	23	3	1	15	40	12	158

Tabela 3: Número de notícias encontradas no jornal de negócios

Fonte: Elaboração própria

É possível constatar que, nos cinco anos em análise, foram identificadas 158 notícias para os temas em análise. Como é possível comprovar pela análise do gráfico que se segue, o tema *Negócio* é o que apresenta o maior número de notícias, representando cerca de 39% do total de temas. Segue-se *Cliente e Produto*, com 25,3% de notícias, *Ética* representando aproximadamente 15% do total dos dados, o tema *Colaboradores* apresenta uma percentagem de sensivelmente 10%. Com um peso 7,6% dos dados temos a variável *Comunidade*, os temas *I & D e Inovação* e *Fornecedores* apresentam igual percentagem 1,9% uma vez que possuem idêntico número de notícias. Por fim, surge o tema *Ambiente*, com menor número de notícias negativas publicadas e, consequentemente, a menor percentagem de notícias não alcançando 1%.

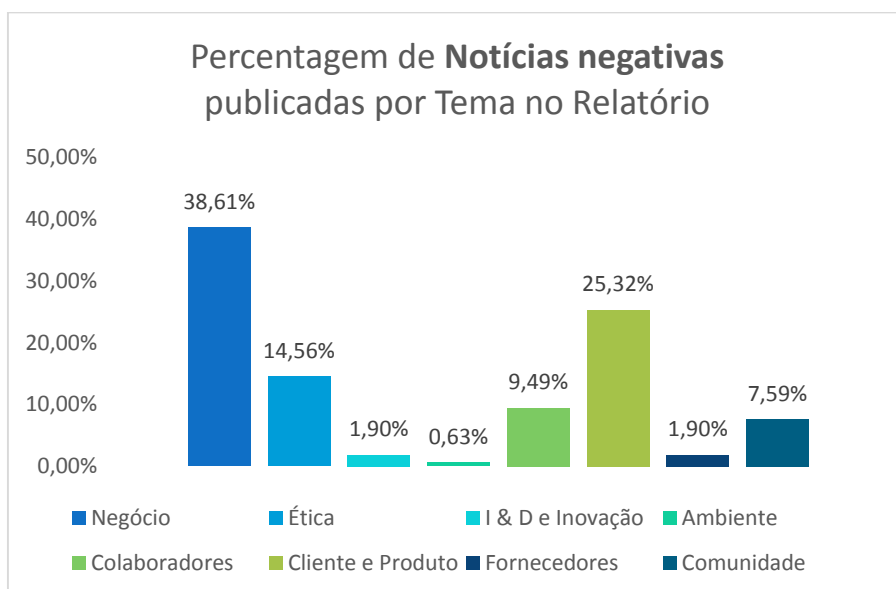


Gráfico 5: Percentagem de notícias negativas publicadas por tema

Fonte: Elaboração própria

4.1.1.3 *Definição das Variáveis*

Após a recolha do conjunto de dados apresentados anteriormente, estamos em condições de poder definir quais as variáveis que nos servirão de suporte para o estudo empírico que será realizado no ponto seguinte. Desta forma, as variáveis que seleccionámos foram as seguintes:

- Número de Palavras de Negócio;
- Número de Palavras de Ética;
- Número de Palavras de I&D e Inovação;
- Número de Palavras de Ambiente;
- Número de Palavras de Colaboradores;
- Número de Palavras de Cliente e Produto;
- Número de Palavras de Fornecedores;
- Número de Palavras de Comunidade;
- Número de notícias negativas relacionadas com Negócio;
- Número de notícias negativas relacionadas com Ética;
- Número de notícias negativas relacionadas com I&D e Inovação;
- Número de notícias negativas relacionadas com Ambiente;
- Número de notícias negativas relacionadas com Colaboradores;
- Número de notícias negativas relacionadas com Cliente e Produto;
- Número de notícias negativas relacionadas com Fornecedores;
- Número de notícias negativas relacionadas com Comunidade;

4.2. Análise estatística

A estatística descritiva e tem como finalidade a descrição e resumo dos dados registados. Para auxiliar a nossa investigação, recorreremos à utilização do *software* científico – SPSS - *Statistical Package for the Social Sciences* (doravante denominado SPSS).

4.2.1. Estatística descritiva

Depois de determinada a amostra e as variáveis a analisar, é necessário caracterizar esse mesmo conjunto de dados. Na estatística descritiva, existem várias formas de caracterizar as amostras, as medidas de tendência central e não central, as medidas de dispersão, medidas de assimetria e achatamento e por fim as medidas de associação ou coeficiente de correlação (Maroco, 2003, p. 27). Neste trabalho, apenas serão abordadas algumas ferramentas de avaliação da amostra sendo elas as medidas de tendência central e não central, as medidas de dispersão e as medidas de associação.

4.2.1.1 Medidas de Tendência Central e não Central

As medidas de tendência central, como o próprio nome indica, tem como finalidade procurar localizar qual é o centro dos dados. No nosso estudo, as estatísticas que serão apresentadas na tabela n.º 4 são o máximo, o mínimo, a média e mediana.

	Número de Palavras							
	Comunidade	Fornecedores	Cliente e Produto	Colaboradores	Ambiente	I & D e Inovação	Ética	Negócio
Média	3584,20	2055,80	3544,80	4734,80	4682,00	1610,20	1820,20	13137,20
Mediana	3395,00	2293,00	3612,00	4853,00	4503,00	1665,00	1783,00	13060,00
Mínimo	2764	1031	3027	4092	3544	945	1039	6622
Máximo	4697	2712	4191	5096	5689	2051	2981	22445

Tabela 4: Estatística Descritiva – Medidas de Tendência Central e não Central – Número de palavras por tema

Fonte: Elaboração Própria

Na tabela 4 é possível verificar que a média do número de palavras, na generalidade, se situa, para os cinco anos de análise, entre cerca de 2000 e os 4500 termos, verificando-se um aumento da média de palavras no tema *Negócio*, que atinge os 13137 termos. Este dado faz sentido, uma vez que, o tema *Negócio* é o que representa um maior peso de número de palavras no grupo de temas analisados (cerca de 37%, como é possível verificar no gráfico 4, apresentado anteriormente). Através de uma atenta análise é possível verificar que, na generalidade dos anos em análise, os temas que merecem mais divulgações no relatório da EDP são o *Negócio*, *Colaboradores*, *Ambiente*, *Comunidade*, *Cliente e Produto*, *Fornecedores*, *Ética* e *I&D e Inovação*, respetivamente.

No que diz respeito à mediana, o valor que ocupa a posição central da amostra, varia entre os 1700 e os 4800 vocábulos, verificando-se um valor mais elevado também no tema *Negócio*.

O tema *I&D e Inovação*, nos cinco anos em estudo, apresenta o valor mais baixo da pesquisa não chegando aos 1000 caracteres. Sendo que, o valor mínimo do tema *Negócio*, representa um valor mais elevado que as restantes categorias apresentam

como valores máximos de palavras no relatório. Torna-se visível uma preocupação, por parte da EDP, com a elevada divulgação de itens e factos relacionados com o seu negócio. O valor máximo apresentado no valor de 22 445 palavras verificou-se no ano de 2008, desde então, a empresa tem vindo a reduzir o número de palavras contidas no Relatório & Contas relacionado com o negócio, sendo que o valor mais baixo diz respeito ao ano de 2011.

Na tabela 5 que se expõe de seguida, são apresentadas as mesmas medidas de tendência central e não central que foram utilizadas para as variáveis de número de palavras mas agora para o número de notícias negativas publicadas.

	Número de Notícias							
	Comunidade	Fornecedores	Cliente e Produto	Colaboradores	Ambiente	I & D e Inovação	Ética	Negócio
Média	2,40	0,60	8,00	3,00	0,20	0,60	4,60	12,20
Mediana	1,00	0,00	6,00	3,00	0,00	0,00	4,00	15,00
Mínimo	1	0	5	1	0	0	4	7
Máximo	5	2	12	5	1	2	6	15

Tabela 5: Estatística Descritiva - Medidas de Tendência Central e não Central– Número de notícias negativas publicadas

Fonte: Elaboração Própria

É possível verificar que a média de notícias atinge o seu pico no tema *Negócio* e um valor mais baixo no *Ambiente*. Neste último tema referido, apenas em 2012, é que foi publicada uma notícia, daí o valor baixo referente à média.

Observando os dados relativos à mediana, tendo em consideração que se trata de dados relativos aos cinco anos em análise, podemos verificar que três dos oito temas que estão a ser analisados apresentam o valor de zero, este facto justifica-se, essencialmente, por existirem anos que não foram publicadas quaisquer notícias desses mesmos temas.

Como referido anteriormente, temas como *I&D e Inovação*, *Ambiente e Fornecedores*, não tiveram quaisquer publicações nos jornais de notícias negativas, daí o valor mínimo apresentado. Por outro lado, como na tabela anterior, o tema *Negócio*, lidera as medidas de tendência central e não central, apresentando os valores mais elevados. Foram publicadas 15 notícias negativas sobre a EDP relacionadas com o seu negócio nos anos de 2008, 2009 e 2011. Com pouca diferença do máximo, temos o tema *Cliente e Produto*, que no ano de 2010, registou 12 notícias negativas. Sendo seguido do tema *Ética*, *Colaboradores* e *Comunidade* com idêntico número de publicações, *Fornecedores* e *I&D e Inovação* com igual quantidade de notícias e por fim o *Ambiente*, com apenas uma notícia publicada.

4.2.1.2 Medidas de dispersão

As medidas de dispersão servem para determinar a variabilidade ou dispersão dos dados, relativamente à medida de localização do centro da amostra, calculada anteriormente. As medidas de dispersão que serão analisadas são a variância e o desvio padrão (Pinto, 2012) (Pestana & Gageiro, 2008) (Maroco, 2003).

A variância vem expressa em unidades ao quadrado, representa a dispersão dos valores em torno da média. O desvio padrão é a raiz quadrada da variância tornando-se mais fácil a sua interpretação (Pestana & Gageiro, 2008, p. 76) (Maroco, 2003, p. 29).

		Desvio-Padrão	Variância
Número de Palavras	Comunidade	768,982	591333,700
	Fornecedores	713,227	508692,700
	Cliente e Produto	444,223	197334,200
	Colaboradores	411,193	169079,700
	Ambiente	882,325	778498,000
	I & D e Inovação	407,599	166137,200
	Ética	829,854	688657,700
	Negócio	6694,215	44812517,700

Tabela 6: Estatística Descritiva - Medidas de dispersão - Número de palavras por tema

Fonte: Elaboração Própria

Depois de visualizar a tabela número 6, podemos concluir que, todos os temas incluídos na nossa análise apresentam valores de variância muito elevados e consequentemente os valores do desvio padrão acompanham este indicador. Através destes dados, é possível constatar que os valores do número de palavras não estão próximos das médias indicadas, para cada categoria. De uma forma mais explícita, o número de palavras, nos vários anos em análise, apresenta uma grande volatilidade não estando propriamente com valores próximos do valor determinado na média.

		Desvio-Padrão	Variância
Número de Notícias	Comunidade	1,949	3,800
	Fornecedores	0,894	0,800
	Cliente e Produto	3,240	10,500
	Colaboradores	1,581	2,500
	Ambiente	0,447	0,200
	I & D e Inovação	0,894	0,800
	Ética	0,894	0,800
	Negócio	3,899	15,200

Tabela 7: Estatística Descritiva - Medidas de dispersão - Número de notícias negativas publicadas

Fonte: Elaboração Própria

Na mesma linha de análise, mas com resultados opostos aos verificados na tabela anterior, no caso das notícias negativas publicadas nos cinco anos em análise, encontramos valores de desvio padrão baixos. O valor da variável *Ambiente* encontra-se muito próxima da média, seguida da *I&D e Inovação* e *Ética* e *Fornecedores*. Os temas *Colaboradores*, *Comunidade*, *Cliente e Produto* e *Negócio*, apresentam valores que, mesmo estando próximos da média vão-se afastando deste valor de referência.

4.2.1.3 Medidas de associação

Neste ponto procuramos analisar a relação entre duas variáveis (análise bivariada). As medidas de associação ou coeficiente de correlação, em estatística, permitem quantificar a intensidade e a direção da associação entre variáveis. Trata-se do ponto fulcral da nossa pesquisa, pois, é neste ponto que iremos analisar a relação entre o número de palavras publicadas no Relatório & Contas e o número de notícias negativas publicadas nos media para cada tema em análise, a fim de estarmos preparados para gerar conclusões acerca da influência das notícias negativas publicadas nos jornais no Relatório & Contas da EDP.

Existem várias medidas de associação, os mais usados são o coeficiente de correlação de *Pearson*, o coeficiente de correlação *Ró de Spearman*, o coeficiente V de *Cramer* e o *Phi* (Maroco, 2003, p. 32).

No nosso trabalho será utilizado o coeficiente de correlação *Ró de Spearman* que será analisado detalhadamente de seguida.

4.2.1.3.1 Coeficiente de correlação *Ró de Spearman*

O coeficiente de correlação *Ró de Spearman* permite-nos conhecer o tipo e a intensidade ou grau de associação entre duas variáveis, sendo possível obter uma associação fraca, moderada ou forte. Este coeficiente varia entre -1 e 1, permitindo-nos concluir acerca do tipo de correlação, podendo este ser positivo ou negativo, quanto mais próximo estiver destes valores, maior será a associação linear entre as variáveis. Valores negativos, representam, uma variação em sentido contrário ou inverso das variáveis, isto é, quanto uma variável aumenta a outra tende a diminuir (Pestana & Gageiro, 2008, p. 178).

Seguidamente, serão apresentados, os resultados do coeficiente de correlação para cada tema, obtidos através do programa SPSS.

Variáveis <u>Negócio</u> (Coeficiente de Correlação)	Número de Notícias
Número de Palavras	0,112

Tabela 8: Coeficiente de Correlação Ró de Spearman – Negócio

Fonte: Elaboração Própria

Após a apresentação dos resultados obtidos pelo programa SPSS, é possível pronunciar as seguintes considerações. Existe uma correlação positiva e um grau de associação baixo entre as variáveis do negócio na vertente divulgações face às notícias negativas publicadas sobre o assunto. Quando o coeficiente de correlação apresenta valores inferiores a 0,2, estamos perante uma correlação fraca entre as variáveis (Laureano & Botelho, 2012, p. 273). Quer isto dizer que o número de notícias negativas publicadas pela imprensa não se relaciona com as divulgações relativas ao negócio da EDP no seu Relatório & Contas.

Variáveis <u>Ética</u> (Coeficiente de Correlação)	Número de Notícias
Número de Palavras	- 0,112

Tabela 9: Coeficiente de Correlação Ró de Spearman – Ética

Fonte: Elaboração Própria

Relativamente às variáveis *Ética* o valor da correlação apresenta um valor negativo, o que nos permitiria dizer que as variáveis variam em sentido contrário. Ou seja, para determinado ano, um maior número de notícias negativas publicadas nos jornais corresponderia a um menor número de palavras utilizadas na parte do Relatório & Contas destinado a esse tema. Contudo, é importante salientar que o grau de associação entre as variáveis é fraco para nos podermos pronunciar se efetivamente ocorre uma

relação inversa entre as variáveis. Estes resultados mostram, novamente, que a EDP não divulga no seu Relatório & Contas informações coincidentes com as notícias negativas publicadas acerca de práticas menos próprias adotadas pela empresa.

Variáveis <u>I & D e Inovação</u> (Coeficiente de Correlação)	Número de Notícias
Número de Palavras	0,447

Tabela 10: Coeficiente de Correlação Ró de Spearman – I&D e Inovação

Fonte: Elaboração Própria

Com um coeficiente de correlação situado em torno dos 0,5, podemos afirmar que existe uma intensidade moderada entre as variáveis (Laureano & Botelho, 2012, p. 273). Não se pode dizer que existe um grau de associação forte, pois apenas estamos perante esta situação quando este valor supera os 0,7. No entanto, podemos dizer que, existe uma correlação de intensidade moderada entre o número de notícias negativas publicadas e o número de palavras que são dedicadas ao tema de *I & D e Inovação* no Relatório & Contas da EDP.

Variáveis <u>Ambiente</u> (Coeficiente de Correlação)	Número de Notícias
Número de Palavras	0,707

Tabela 11: Coeficiente de Correlação Ró de Spearman – Ambiente

Fonte: Elaboração Própria

Como foi referido anteriormente, um valor de correlação em torno dos 0,7 permite-nos dizer que existe um elevado grau de associação entre as variáveis. No tema *Ambiente*, com uma correlação positiva, o número de notícias negativas publicadas nos jornais e o número de palavras constante no Relatório & Contas da EDP está relacionado. Por outras palavras, é possível constatar que as notícias negativas publicadas nos jornais influenciam as divulgações ambientais feitas pela empresa no seu relatório. À medida que vão sendo publicadas notícias sobre o mau desempenho ambiental da empresa EDP, vão crescendo as divulgações feitas pela empresa, assistindo-se a um esforço por parte da entidade em refletir essas mesmas notícias no seu relatório.

Variáveis <u>Colaboradores</u> (Coeficiente de Correlação)	Número de Notícias
Número de Palavras	- 0,500

Tabela 12: Coeficiente de Correlação Ró de Spearman – Colaboradores

Fonte: Elaboração Própria

O tema *Colaboradores* apresenta-nos um coeficiente de correlação com valores negativos. Nestas variáveis verifica-se uma intensidade moderada de sentido inverso. Embora não tenhamos obtido uma correlação forte entre as variáveis, é possível referir que, contrariamente ao que seria desejável para esta entidade, em anos que se assistiu a um aumento de publicação de notícias negativas acerca das atividades relacionadas com colaboradores da EDP verifica-se uma diminuição das divulgações feitas pela entidade.

Variáveis <u>Cliente e Produto</u> (Coeficiente de Correlação)	Número de Notícias
Número de Palavras	- 0,103

Tabela 13: Coeficiente de Correlação Ró de Spearman – Cliente e Produto

Fonte: Elaboração Própria

O item *Cliente e Produto*, à semelhança do tema *Ética*, apresenta-nos uma correlação negativa de intensidade fraca. Assim, não é possível afirmar que, em anos que foram publicadas mais notícias negativas acerca dos clientes e também os produtos da EDP, foram dedicadas menos palavras sobre estes mesmos temas no Relatório & Contas da empresa. Concluímos apenas que não existe qualquer correlação entre as variáveis estudadas.

Variáveis <u>Fornecedores</u> (Coeficiente de Correlação)	Número de Notícias
Número de Palavras	- 0,335

Tabela 14: Coeficiente de Correlação Ró de Spearman – Fornecedores

Fonte: Elaboração Própria

Similarmente ao que se tem verificado nos temas anteriores, também, as variáveis do tema *Fornecedores* nos apresentam um valor do coeficiente de correlação negativo e de intensidade fraca. Uma vez que se trata de um valor que se encontra compreendido negativamente entre 0,2 e 0,5, como não se aproxima deste último não é possível associar grande intensidade à relação.

Variáveis <u>Comunidade</u> (Coeficiente de Correlação)	Número de Notícias
Número de Palavras	- 0,447

Tabela 15: Coeficiente de Correlação Ró de Spearman – Comunidade

Fonte: Elaboração Própria

Por fim, o tema *Comunidade*, indica que existe uma correlação negativa e um grau de associação moderado entre o número de palavras e o número de notícias negativas publicadas. Embora o grau de associação entre as variáveis não seja forte, o número de notícias negativas publicadas acerca dos fornecedores varia ligeiramente em sentido inverso ao número de palavras constantes no Relatório & Contas.

5. Análise e discussão dos resultados obtidos

O objetivo principal deste trabalho consistiu na obtenção de dados que comprovassem que a EDP - líder mundial em relatórios de sustentabilidade refletia de um modo transparente, no seu Relatório & Contas, todas situações relacionadas com o seu quotidiano. Analisámos, para cinco anos consecutivos, se as divulgações relatadas no Relatório & Contas da EDP, relacionadas com temas relativos à sustentabilidade, estariam, ou não, correlacionadas com as notícias negativas divulgadas pelos media.

Através do estudo realizado observámos que grande parte dos artigos publicados acerca destas matérias se baseavam na análise de um conjunto de empresas e não em pesquisas de determinada empresa. Importa referir que, a presente investigação, não é uma análise comparativa entre várias entidades, consiste no estudo de um caso concreto de uma empresa líder do DJSI - a EDP.

No Relatório & Contas da EDP a área que apresenta um maior número de palavras diz respeito ao *Negócio*. Existe uma preocupação por parte da EDP em proporcionar informações acerca dos negócios em que a empresa se encontra inserida bem como os países em que se encontra. Este tema representa 37% dos tópicos em análise. De seguida aparecem-nos as variáveis *Ambiente* e *Colaboradores* com cerca de 13% e os temas *Cliente* e *Produto* e *Comunidade* com 10% do total de palavras. Consistentemente com o estudo realizado por Islam & Deegan (2010) os temas relacionados com a vertente ambiental e social são os mais divulgados no *disclosure* das empresas.

Por outro lado, no que respeita às notícias negativas publicadas no jornal analisado, é novamente a variável *Negócio* que lidera, com aproximadamente 38% da totalidade dos resultados obtidos. Uma das razões, podendo ser considerada a principal motivadora destes resultados é a crise mundial que marcou o período em análise. Já no ano 2008 se verificou uma quebra nos negócios a nível mundial e a empresa EDP não foi exceção. As notícias negativas publicadas baseiam-se essencialmente com a queda de lucros, perda de clientes, diminuição de investimentos, entre outras, o que deverá estar intimamente relacionado com os problemas que se colocam a nível mundial. Seguidamente surgem as notícias negativas que se encontram relacionadas com os *Clientes* e *Produto*,

representando 25% do total dos dados. A maioria destas divulga condutas impróprias que a EDP teve para com os seus clientes. Posteriormente são identificados os temas *Ética, Colaboradores e Comunidade*, com 15%, 9% e 8 %, respetivamente. Segundo o estudo realizado por Islam & Deegan (2010), o tema que reunia uma maior percentagem de notícias negativas era “*human resources*”, ao contrário do que se verifica na empresa EDP que este tema surge numa quarta posição. Esta discrepância de resultados pode ser motivada por duas considerações. A primeira prende-se com o facto estarmos perante empresas de diferentes ramos o que gera diferentes responsabilidades, tanto em termos ambientais como sociais e financeiros. A segunda consideração está relacionada com o facto de o estudo anteriormente citado estar principalmente relacionado com empresas (Nike e H&M) que recorrem à utilização de mão-de-obra de países com trabalho infantil e baixos salários, tendo sido orientado para a análise de divulgações acerca da exploração infantil e condições de trabalho de países em desenvolvimento.

Em relação às medidas de tendência central e não central, de destacar que a média mais elevada que encontramos no número de palavras de cada tema analisado se refere ao *Negócio*. Como já se tem referenciado anteriormente, trata-se de uma área que a empresa considera de grande relevância e por esse motivo as divulgações são superiores às demais. No sentido oposto, o tema que apresenta um valor mais reduzido de palavras nos anos em análise é o tema *I & D e Inovação*. Julgamos que se trata de uma área que se apresenta em desenvolvimento, bem como o tema *Ambiente*. Através de uma análise mais aprofundada, constatamos que, ano após ano, até 2011, o número de palavras relacionadas com este tema (*I & D e Inovação*) tem vindo a ganhar mais peso no relatório da empresa, em 2012 assistiu-se a uma ligeira descida. No ano de 2008 esta rubrica apenas tinha 945 palavras, em 2010 já encontrávamos neste tema 1767 palavras, no ano de 2011 foram detetadas 2051 palavras, em 2012, um ligeiro recuo mas superior ao valor inicial. Verifica-se que do início da pesquisa (2008) para 2011 assistimos a uma aumento de cerca de 117% e em relação a 2012 um aumento de 76% do número de palavras que constam no tema *I & D e Inovação*, consideramos que as divulgações, nos próximos anos, ganharão mais ênfase no Relatório & Contas da empresa EDP, em detrimento de outros. Na generalidade, como podemos visualizar no gráfico que se apresenta de seguida, existe, na totalidade de cada um dos anos em análise, uma

tendência de redução do número de palavras constante no Relatório & Contas. Este facto poderá vir a ser motivado pelo facto de estarmos a caminhar para uma nova orientação das divulgações proporcionadas pelas empresas. Até há pouco tempo assistíamos a uma visão que privilegiava o relato de muita informação, atualmente, estamos a caminhar para o Relato Integrado (*Integrated Reporting*) que é caracterizado por divulgações mais compactas que proporcionem mais transparência para a entidade.

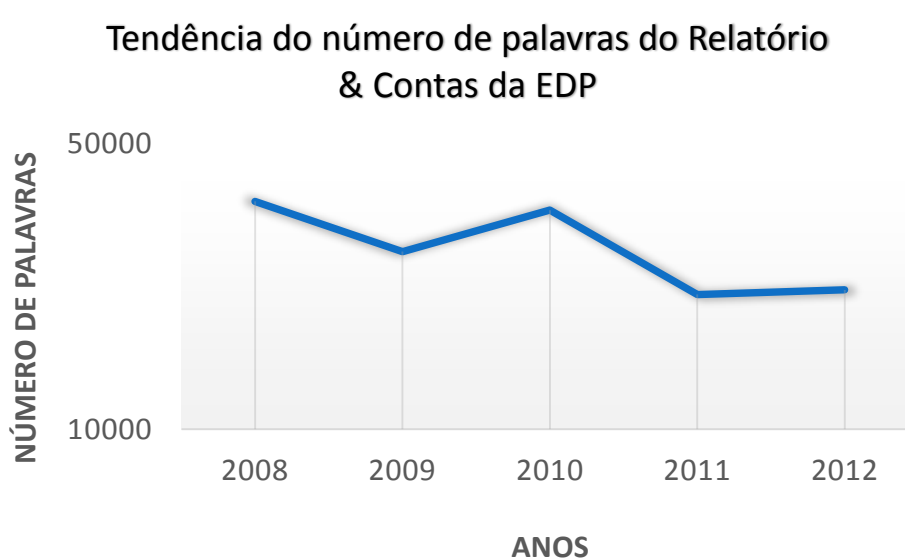


Gráfico 6: Tendência do número de palavras do Relatório & Contas da EDP

Fonte: Elaboração Própria

Relativamente às notícias negativas que foram publicadas no jornal a média mais elevada é, novamente, atribuída ao tema *Negócio*. Este é o tema que apresenta o maior número de notícias negativas publicadas (no total dos anos em análise totalizam 61 notícias) sendo que a média de publicação de notícias é cerca de 12 por ano. Ao invés, a categoria que apresenta um valor mais baixo de notícias negativas publicadas é o tema *Ambiente*. Trata-se de uma área que a empresa tem elevadas responsabilidades devido ao produto comercializado daí que, quando existirem falhas graves por parte da EDP essas serão largamente divulgadas e estampadas na maioria dos jornais. Na generalidade, ao longo dos anos o número de notícias negativas publicadas no jornal

tem uma tendência crescente, como é possível visualizar no gráfico apresentado abaixo. Verificou-se uma ligeira descida no ano de 2010, porém, após esse ano o número de notícias negativas tem vindo a aumentar. Estes resultados corroboram os resultados que serão apresentados de seguida no coeficiente de correlação, uma vez que, na generalidade das variáveis, se verifica um grau de associação inverso, quando o número de notícias negativas publicadas pelos media aumenta diminuem os relatos proporcionados pela empresa no seu Relatório & Contas.



Gráfico 7: Tendência do número de notícias negativas publicadas nos media

Fonte: Elaboração própria

Voltando as nossas atenções para a parte fundamental do nosso estudo, procederemos à análise das medidas de associação, mais propriamente a discussão dos resultados obtidos na realização do coeficiente de correlação de *Spearman*. Em suma, foram obtidos três graus de associação ente as variáveis, fraco, moderado e forte, como é possível verificar na figura seguinte.

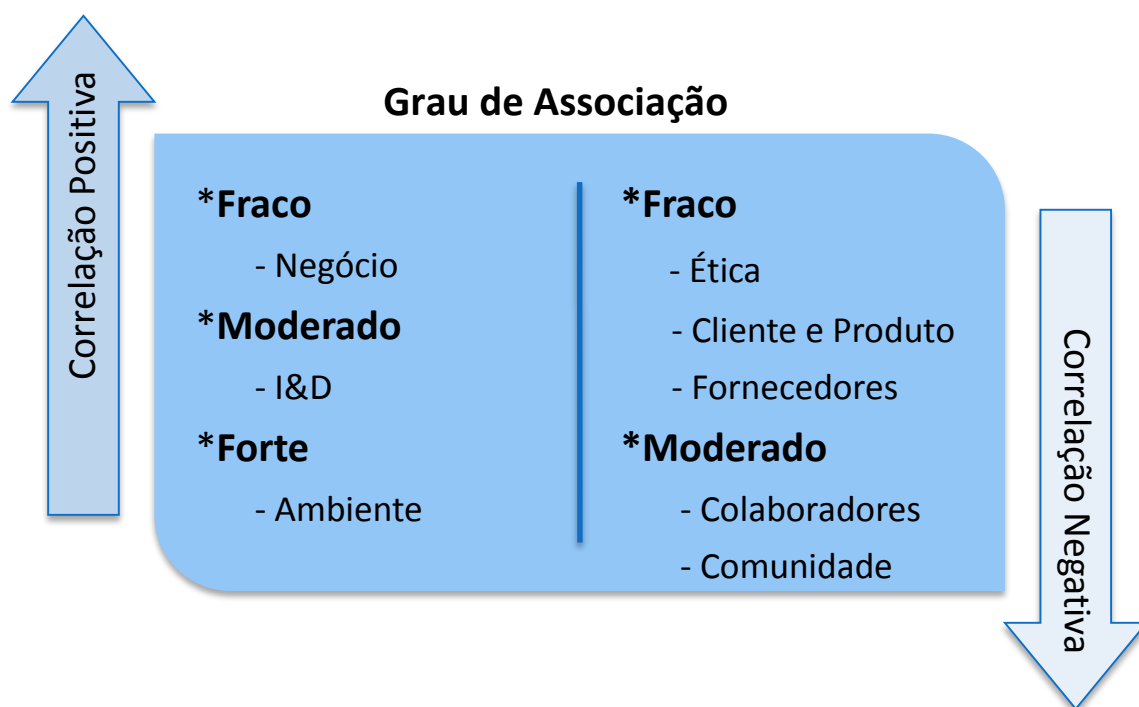


Figura 6: Correlações

Fonte: Elaboração Própria

Foi obtida uma correlação negativa e consequentemente em sentido inverso nas variáveis *Ética*, *Cliente e Produto*, *Fornecedores*, *Colaboradores* e *Comunidade*. Importa realçar, nesta situação, a intensidade da correlação dos temas. Apenas foram obtidos dois tipos de intensidades para a correlação negativa, a fraca e a moderada. Através desta informação não é possível afirmar a existência de intensidade forte de sentido inverso entre as variáveis. Não sendo possível assegurar que, numa análise aos cinco anos estudados, em anos que se assistiu a um aumento da publicação do número de notícias negativas nos jornais tenham sido dedicadas menos palavras no Relatório & Contas da empresa relacionados com esses mesmos temas. Presume-se que a empresa tende a divulgar menos informação no Relatório & Contas quando se depara com notícias negativas publicadas nos jornais. Estes resultados estão em consonância com os obtidos no estudo realizado por Islam & Deegan (2010) no que respeita à categoria “others” quando analisa a empresa Nike (Islam & Deegan, 2010, p. 141).

No estudo realizado foram encontradas correlações positivas mas com diferentes níveis de intensidade. Para as variáveis *Negócio* foi obtido um baixo nível de intensidade, significando que não existe correlação entre as variáveis. A empresa não divulga a informação que é publicada nos jornais. Neste tema, aquando da redação do Relatório & Contas, a empresa não procura esclarecer ou mesmo atenuar as notícias negativas publicadas, por outro lado, tenta focar os aspetos positivos ocultando as falhas divulgadas pelos jornais. Nas variáveis *I & D e Inovação*, após a determinação do coeficiente de correlação, é-nos apresentado um valor que nos permite concluir que estamos perante uma intensidade moderada. Quer isto significar que, não nos podendo pronunciar com grande segurança uma vez que não obtemos um grau de associação forte mas é possível dizer que, em certa medida, as notícias negativas que são publicadas nos jornais estão relacionadas com o texto da secção destinada à *I & D e Inovação* no Relatório & Contas da EDP. Por fim, o tema que nos resta analisar é o *Ambiente*. Ao contrário do que se verificou nas restantes variáveis anteriormente descritas, neste tema, obtivemos dados que nos permitem concluir que existe uma correlação forte entre as variáveis número de palavras constantes no relatório e o número de notícias negativas publicadas nos jornais. De uma forma mais explícita, este coeficiente, indica-nos que as notícias negativas publicadas nos jornais se relacionam com o número de palavras que é apresentado no tema *Ambiente* do Relatório & Contas da EDP, ou seja, as notícias negativas tendem a ser referidas no relatório. A conclusão apresentada corrobora as conclusões obtidas por Islam & Deegan (2010). Os referidos autores também concluíram que na empresa *H & M*, existia uma correlação forte entre as variáveis número de notícias negativas publicadas e as declarações positivas divulgadas no relatório anual da empresa, resultado contrário foi obtido na empresa *Nike*. Desta forma, embora sendo de ramos de atividades diferentes, foram obtidos valores semelhantes pela empresa por nós analisada e a empresa *H & M*.

5.1. Limitações do estudo

A principal limitação deste estudo encontra-se relacionada com o reduzido número de anos em análise. A questão de a empresa apenas começar em 2008 a publicar os relatórios de sustentabilidade com as vertentes económico-financeira, social e ambiental, o facto de apenas a partir desse ano começar a integrar o *Dow Jones de Sustainability Index* (DJSI), assim como a questão de não se encontrar disponível o Relatório & Contas do ano de 2013 aquando do início deste estudo, limitou o lapso temporal em análise.

Outra limitação que se verificou é a reduzida literatura relacionada com estudos de uma única empresa. O que se verifica na literatura em geral é a análise de várias empresas, onde se procede à comparação entre ambas. No estudo realizado, não era isso o pretendido. O objetivo era proferir conclusões acerca da transparência e veracidade da empresa que é líder mundial em relatório de sustentabilidade no setor da *utilities* nos anos de 2010, 2011 e 2013.

A pesquisa de notícias negativas baseadas em apenas um único jornal, pode-se tornar uma limitação ao estudo. Poderiam ter sido feitas pesquisas em outros jornais para aumentar o número de notícias encontradas. No entanto, esse recurso também poderia comprometer a análise ao duplicar notícias não identificadas como tal.

5.2. Sugestões para investigação futura

Numa investigação futura, seria útil repetir este mesmo estudo para comparar os resultados obtidos, de modo a avaliar se a disparidade entre o divulgado no relatório difere daquilo que é publicado na imprensa, mas numa análise temporal mais extensa do que a utilizada neste estudo.

Uma nova linha de investigação poderá passar por alargar a pesquisa a outros jornais, não só portugueses mas também de outros países, a fim de verificar como está a ser “vista” a empresa em outros países.

Outra sugestão de investigação seria a realização da comparação entre as três empresas que ocupam os três primeiros níveis de classificação do índice *Dow Jones Sustainability Index*, no sector das *utilities*.

Optando por outro tipo de visão, relativamente ao mercado Português, poderíamos fazer este estudo, mas para comparar as maiores empresas portuguesas. Podendo, nesta esfera, proferir algumas considerações acerca de como lidam as empresas portuguesas com as notícias negativas publicadas nos jornais sobre a sua atividade.

6. Conclusões

Em Portugal não existem requisitos legais sobre o relato das práticas de sustentabilidade pelo que as divulgações realizadas pelas empresas têm um cariz voluntário. Este trabalho teve por objetivo a recolha e tratamento de um conjunto de dados que comprovassem que a EDP, empresa que consta nos índices Dow Jones desde o ano de 2008 e líder mundial em relatórios de sustentabilidade nos anos de 2010, 2011 e 2013, no setor das *utilities*, refletia, de um modo transparente, as notícias negativas que eram publicadas na imprensa. Ou seja, pretendemos avaliar se o *disclosure* proporcionado pela empresa no seu Relatório & Contas, com diversos temas relacionados com sustentabilidade, está, ou não, correlacionado com as notícias negativas que são divulgadas pelos media.

Inicialmente, começámos por realizar uma análise de conteúdo, onde procurámos verificar nos Relatórios & Contas da EDP dos cinco anos em análise (2008 a 2012) temas com referência à sustentabilidade. Estes temas foram escolhidos tendo por base o trabalho realizado por Islam & Deegan (2010). Após a determinação dos temas a analisar, procedemos à análise de conteúdo, onde identificamos o número de palavras relacionadas com cada tema, no Relatório & Contas da empresa em análise, bem como, a pesquisa num jornal, nacionalmente reconhecido, de todas as notícias negativas relacionados com cada tema em questão.

Os principais resultados obtidos da análise de conteúdo e estatística realizada permitem-nos concluir que o grupo EDP, na maioria das situações, não reflete, de um modo transparente, os acontecimentos ocorridos. Não são verificados elevados graus de associação entre o número de notícias negativas publicadas nos media e o *disclosure* proporcionado pela empresa. Pretendia-se que uma entidade classificada como líder mundial de relatórios de sustentabilidade no sector das *utilities* obtivesse dados que comprovassem a sua credibilidade, transparência e confiança. Depreendemos que a empresa tem interesse em divulgar informações positivas que espelhem uma imagem “bonita”, descorando os reais problemas efetivamente ocorridos na sociedade e difundidos pelos media. Com valores que nos permitem relacionar o número de notícias

negativas publicadas e o número de palavras constante no Relatório & Contas, obtivemos apenas o tema *Ambiente*. Trata-se de um tema muito sensível, exigindo uma especial atenção à empresa, uma vez que a sua atividade pode ser considerada lesiva para o ambiente, caso não sejam tomadas as devidas precauções. Diversas associações ambientalistas controlam diariamente os procedimentos adotados pela entidade, daí a peculiar atenção por parte da empresa em divulgar informações mais detalhadas acerca desta matéria. Por outro lado, em cinco dos oito temas analisadas, obtivemos uma correlação negativa com baixa intensidade, que também não nos permite concluir que estes temas variam em sentido contrário.

Deste modo, é possível concluir através do estudo desenvolvido e dos resultados obtidos que, malgrado a reputação mundial da EDP como o modelo de prestígio em matéria de relato de sustentabilidade verificamos que o seu relato não reflete, na maioria das situações, as notícias negativas associadas à entidade, pelo que, poderemos concluir que o seu relatório também está sujeito a *impression management* e ainda está longe da almejada transparência do relato de sustentabilidade. Esta conclusão contraria estudos anteriores que identificavam a EDP como mais transparente (Bogo, 2014) e vai de encontro às conclusões do trabalho de Boiral (2013) que realça que as empresas que obtêm elevadas classificações pela GRI, são aquelas que apresentam nos seus relatórios de sustentabilidade uma maior desconexão com os acontecimentos efetivamente ocorridos, distorcem as informações divulgadas e não são, na realidade, transparentes.

Assim verificamos que o trabalho realizado vem contribuir para o estudo da manipulação de impressões ao aportar evidência empírica de que as empresas não são transparentes quando divulgam informações de cariz voluntário nomeadamente quando essas informações são de índole negativa. Estes resultados são ainda mais importantes pois foram alcançados através do estudo do relato financeiro de uma empresa líder mundial na sua área de atividade o que reforça a importância das conclusões obtidas.

7. Referências

- Abu-Baker, N. & Naser, K., 2000. Empirical evidence on corporate social disclosure (CSD) practices in Jordan. *International Journal of Commerce and Management*, Volume 10, pp. 18-34.
- Alves, E. A., 2003. Dimensões da responsabilidade social da empresa: uma abordagem desenvolvida a partir da visão de Bowen. *Revista de Administração*, pp. 37-45.
- Antunes, P., Santos, R. & Lobo, G., 2003. *Estudo sobre o sector elétrico e ambiente: 4º relatório - estratégias ambientais das empresas do sector eléctrico*, Lisboa: Departamento de Ciências e Engenharia do Ambiente.
- APCER, 2014. APCER. [Online]
Available
at: http://www.apcer.pt/index.php?option=com_content&view=article&id=136%3AAsa-8000&catid=7%3Aresponsabilidade-social&Itemid=430&lang=pt
[Acedido em 24 Março 2014].
- Bardin, L., 1977. *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Edições 70.
- Bertoncello, S. L. T. & Júnior, J. C., 2007. A importância da Responsabilidade Social Corporativa como fator de diferenciação.. *FACOM*, nº17, 1º Semestre, pp. 70-76.
- BioRumo, 2005. *Anuário de Sustentabilidade*, Lisboa: BioRumo.
- BioRumo, 2006. *Anuário de Sustentabilidade*, Lisboa: BioRumo.
- Bogo, A. M., 2014. Relatório de Sustentabilidade e Impression Management: análise da natureza do conteúdo informacional.. *OTOC*.
- Boiral, O., 2013. Sustainability reports as simulacra? A counter-account of A and A + GRI reports.. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, Volume 26, pp. 1036-1071.
- Branco, M. & Rodrigues, L., 2008. Factors Influencing Social Responsibility Disclosure by Portuguese Companies. *Journal of Business Ethics*, pp. 685-701.

Brandirectory, 2014. *Brand-Finance*. [Online]

Available at: http://brandirectory.com/league_tables/table/global-500-2014

[Acedido em 3 Setembro 2014].

Carrol, A. B., 1979. A Three-Dimensional Model of Corporate Performance. *Academy of the Management Review*, pp. 497-505.

Carroll, A. B., 1991. The Pyramid of Corporate Social Responsibility: Toward the Moral Management of Organizational Stakeholders. *Business Horizons*, pp. 39-48.

Carroll, A. B., 1999. Corporate Social Responsibility. *Business and Society*, September, pp. 268-295.

Carvalho, R., 2013. 1000 Maiores Empresas. *Diário Económico*, 3 Dezembro, Volume 5814, pp. 1-40.

Cho, C. H. & Patten, D. M., 2007. "The role of environmental disclosures as tools of legitimacy: a research note. *Accounting, Organizations and Society*, Volume 32, pp. 639-647.

CMVM, 2009. *Relatório Anual sobre o Governo das Sociedades Cotadas*, Lisboa: CMVM.

CMVM, 2011. *Relatório Anual sobre o Governo das Sociedades Cotadas*, Lisboa: CMVM.

CMVM, 2012. *Relatório Anual sobre o Governo das Sociedades Cotadas*, Lisboa: CMVM.

Cochran, P. L., 2007. The evolution of corporate social responsibility. *Business Horizons*, pp. 449-454.

Comissão Europeia, 2011. *Responsabilidade social das empresas: uma nova estratégia da UE para o período de 2011-2014*, Bruxelas: Comissão Europeia.

CorporateRegister.com, 2013. *Perspectives 2013*, London: CorporateRegister.com.

Correio da Manhã, 2014. *Correio da Manhã*. [Online]

Available at:

http://www.cmjornal.xl.pt/search.aspx?pesquisa=edp&date_de=1%2F1%2F2008&date

ate=31%2F12%2F2012&filt=&order=&page=1&pagres=10

[Acedido em 7 Abril 2014].

CRIS, 2012. Os referenciais da responsabilidade social. *Revista Qualidade*, Outono, pp. 32-33.

Cruz, J. C. C. d., 2007. Governoe fiscalização das sociedades anónimas. *TOC*, Volume 83, pp. 54-56.

Dalton, D. R. & Cossier, R. A., 1982. The four faces of social responsibility. *Business Horizons*, May-June, Volume 25, pp. 19-27.

Dearing, J. W. & Rogers, E. M., 1996. *Agenda-Setting*. United States of America: SAGE Publications.

Deegan, C., Cooper, B. J. & Shelly, M., 2006. An investigation of TBL report assurance statements: UK and European evidence. *Managerial Auditing Journal*, Volume 21, pp. 329-371.

Deegan, C., Rankin, M. & Tobin, J., 2002. An examination of the corporate social and environmental disclosures of BHP from 1983-1997: A test of legitimacy theory. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, pp. 312-343.

Diário de Notícias, 2014. *Diário de Notícias*. [Online]

Available at: <http://www.dn.pt/pesquisa/default.aspx?Pesquisa=edp>

[Acedido em 7 Abril 2014].

Duarte, G. D. & Dias, J. M., 1986. *Responsabilidade social: a empresa hoje*. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos.

Duchon, D. & Drake, B., 2009. Organizational narcissism and virtuous behavior. *Journal of Business Ethics*, Volume 85, pp. 301-308.

Dunphy, D. C., Griffiths, A. & Benn, S., 2003. *Organizational Change for Corporate Sustainability: A Guide for Leaders and Change Agents of the Future*. London - UK ; New York - USA: Routledge.

EDP, 2008. *Relatório & Contas - Um dia, Toda a Energia Será Renovável*. 1º ed. Lisboa: EDP.

EDP, 2009. *Relatório & Contas - All We Need is Earth*. 1º ed. Lisboa: EDP.

EDP, 2010. *Relatório & Contas - Smart Energy World*. 1º ed. Lisboa: EDP.

EDP, 2011. *Relatório & Contas - A better Energy, a better Future, a better World*. 1º ed. Lisboa: EDP.

EDP, 2012. *Relatório & Contas 2012- A World full of Energy*, Lisboa: EDP.

EDP, 2013 a). *EDP*. [Online]

Available at:

<http://www.edp.pt/pt/investidores/accaoedp/reprivatizacao/Pages/Reprivatiza%C3%A7%C3%A3o.aspx>

[Acedido em 10 Dezembro 2013].

EDP, 2013 b). *EDP*. [Online]

Available at:

<http://www.edp.pt/pt/aedp/sobreaedp/marcaEDP/Pages/HistoriaMarca.aspx>

[Acedido em 10 Dezembro 2013].

EDP, 2013 c). *EDP*. [Online]

Available at:

<http://www.edp.pt/pt/sustentabilidade/abordagemasustentabilidade/reconhecimento/dowjonesustainabilityindex/Pages/DowJones.aspx>

[Acedido em 10 Dezembro 2013].

EDP, 2013 d). *EDP*. [Online]

Available at:

<http://www.edp.pt/pt/media/noticias/2013/Pages/EDPCertificadaComoEmpresaFamiliarmenteResponsavelPelaFundacionMasfamilia.aspx>

[Acedido em 10 Dezembro 2013].

EDP, 2013 e). *Relatório & Contas - Setembro 2013*, Lisboa: EDP.

EDP, 2014 a). *EDP*. [Online]

Available at:

<http://www.edp.pt/pt/investidores/accaoedp/estruturaaccionista/Pages/ShareholderStructure.aspx>

[Acedido em 6 Janeiro 2014].

EDP, 2014 b). *EDP*. [Online]

Available at:

http://www.edp.pt/pt/aedp/governosocietario/orgaosgovernosocietario/Pages/default_new.aspx

[Acedido em 4 Setembro 2014].

EDP, 2014 c). *EDP*. [Online]

Available at:

<http://www.edp.pt/pt/investidores/accaoedp/desempenhonabolsa/Pages/DesempenhoBolsa.aspx>

[Acedido em 6 Janeiro 2014].

Eletricidade, M., 2001. *Toda a energia*. [Online]

Available at: http://wikienergia.com/~edp/index.php?title=Lei_2002_-_Lei_da_Electrifica%C3%A7%C3%A3o_Nacional

[Acedido em 16 Abril 2014].

Elkington, J., 2004. Enter the Triple Bottom Line. Em: A. H. e. J. Richardson, ed. *The triple bottom line: does it all add up? - Assessing the sustainability of business and CSR*. London: Earthscan Publications Ltd, pp. 1-16.

Ernst & Ernst, 1978. *Social responsibility disclosure: survey of fortune 500 annual reports*. United States of America: Cleveland : E. & E..

Frost, G., S. J., J. L. & Laan, S. V. D., 2005. A Survey of Sustainability Reporting Practices of Australian Reporting Entities. *Australian Accounting Review*, Volume 15, pp. 89-96.

Gallego, I., 2006. The use of economic, social and environmental indicators as a measure of sustainable development in Spain. *Corporate Social Responsibility and Environmental Management*, Volume 13, pp. 78-97.

Gray, R., Kouhy, R. & Lavers, S., 1995. Constructing a research database of social and environmental reporting by UK companies. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, Volume 8, pp. 78-101.

GRI, 2006. *Diretrizes para elaboração de relatórios de sustentabilidade*, São Paulo: Global Reporting Initiative.

Guthrie, J., 1982. *Social Accounting in Australia: Social Responsibility Disclosure in the Top 150 Listed Australian Companies, 1980 Annual Reports*, s.l.: Western Australian Institute of Technology.

Hackston, D. & Milne, M. J., 1996. Some determinants of social and environmental disclosures in New Zealand companies. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, Volume 9, pp. 77-108.

Islam, M. A. & Deegan, C., 2008. MOTIVATIONS FOR AN ORGANISATION WITHIN A DEVELOPING COUNTRY TO REPORT SOCIAL RESPONSIBILITY INFORMATION: EVIDENCE FROM BANGLADESH. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, Volume 21, pp. 850-874.

Islam, M. A. & Deegan, C., 2010. Media pressures and corporate disclosure of social responsibility performance information: a study of two global clothing and sports retail companies. *ACCOUNTING AND BUSINESS RESEARCH*, Volume 40, pp. 131-148.

ISO, 2014. *ISO26000*. [Online]

Available at: <http://www.iso26000qsp.org/2010/12/conheca-iso-26000-em-portugues-versao.html>

[Acedido em 24 Março 2014].

Jornal de Notícias, 2014. *Jornal de Notícias*. [Online]

Available at: <http://www.jn.pt/pesquisa/default.aspx?Pesquisa=edp>

[Acedido em 7 Abril 2014].

Jornal Negócios, 2014. *Negócios Online*. [Online]

Available at:

http://www.jornaldenegocios.pt/Search.aspx?q=edp&date_de=1%2F1%2F2008&date

ate=31%2F12%2F2012&filt=&order

[Acedido em 7 Abril 2014].

Kakabadse, N. K., Rozuel, C. & Lee-Davies, L., 2005. Corporate social responsibility and stakeholder approach: a conceptual review. *Business Governance and Ethics*, Volume 1, pp. 277-302.

KPMG, 2006. *Estudo da KPMG sobre a publicação de relatórios de sustentabilidade em Portugal*, Lisboa: KPMG.

KPMG, 2013. *The KPMG Survey of Corporate Responsibility Reporting-2013*, Netherland: KPMG.

KPMG, 2014 a). *KPMG*. [Online]

Available at:

http://www.kpmg.com/BR/PT/Estudos_Analises/artigosepublicacoes/Paginas/Release-Panorama-sobre-cenario-regulatorio-de-relatorios-de-sustentabilidade.aspx

[Acedido em 24 Março 2014].

KPMG, 2014 b). *KPMG*. [Online]

Available at:

<http://www.kpmg.com/pt/pt/issuesandinsights/articlespublications/press-releases/paginas/survey-crr.aspx>

[Acedido em 14 Abril 2014].

KPMG, 2014 c). *The KPMG Survey of Corporate Responsibility Reporting 2013*, Netherland: KPMG.

Larrinaga, C., Archel, P. & Fernández, M., 2008. The Organizational and Operational Boundaries of Triple Bottom Line Reporting: A survey. *Environmental Management*, pp. 106-117.

Laufer, W., 2003. Social accountability and corporate greenwashing. *Journal of Business Ethics*, Volume 48, pp. 253-261.

Laureano, R. M. S. & Botelho, M. d. C., 2012. *SPSS - O meu manual de consulta rápida*. 2º ed. Lisboa: Edições Sílabo.

Lima, G. A. S. F. d., 2007. *Utilização da teoria da divulgação para avaliação da relação do nível de disclosure com o custo da dívida das empresas brasileiras*, São Paulo: Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade.

Livro Verde, 2001. *Livro Verde - Promover um quadro europeu para a responsabilidade social das empresas*, Bruxelas: Comissão das Comunidades Europeias.

M.S.C, 2003. *A energia elétrica*. [Online]

Available at: <http://energiaelectrica.no.sapo.pt/emportug.htm>

[Acedido em 15 Abril 2014].

Maroco, J., 2003. *Análise Estatística - com utilização do SPSS*. 2ª ed. Lisboa: Edições Sílabo.

Mendes, A. & Sardinha, I., 2009. Eficácia dos Relatórios de Sustentabilidade das empresas em Portugal. *Responsabilidade Social das Organizações*, Volume 11, pp. 11-27.

Milne, M. J., Kearins, K. & Walton, S., 2006. Creating adventures in wonderland: the journey metaphor and environmental sustainability. *Organization*, Volume 13, pp. 801-839.

Monteiro, M. A., 2005. A Responsabilidade Social das Empresas (RSE). *Caderno do Mercado de Valores Mobiliários*, Agosto, pp. 65-70.

O'Donovan, G., 1999. Managing legitimacy through increased corporate environmental reporting: an exploratory study. *Interdisciplinary Environmental Review*, Volume 1, pp. 63-69.

Pestana, M. H. & Gageiro, J. N., 2008. *Análise de dados para as Ciências Sociais - A Complementariedade do SPSS*. 5ª ed. s.l.:Edições Sílabo.

Pinto, G. R., 2004. *Responsabilidade Social das Empresas – Estado da Arte em Portugal - 2004*, Lisboa: Centro de Formação Profissional para o Comércio e Afins (CECOA).

Pinto, R. R., 2012. *Introdução à Análise de Dados - Com recurso ao SPSS*. 2ª ed. Lisboa: Edições Sílabo.

Porter, M. E. & Kramer, M. R., 2006. Strategy & Society: The link Between Competitive Advantage and Corporate Social Responsibility. *Harvard Business Review*, pp. 1-15.

PWC, 2012. *Responsabilidade social corporativa em Portugal*. Lisboa: PWC.

PWC, P. -, 2013. *As novas diretrizes da Global Reporting Initiative: G4*, Lisboa: PWC.

Quazi, A. M. & O'Brien, D., 2000. An Empirical Test of a Cross-national Model of Corporate Social Responsibility. *Journal of Business Ethics*, Volume 25, pp. 33-51.

Rankings, I. G., 2013. *IR Global Rankings*. [Online]

Available at:

http://www.irglobalrankings.com/irgr2010/web/conteudo_eni.asp?idioma=1&conta=46&tipo=49948

[Acedido em 10 Dezembro 2013].

Rego, A. et al., 2006. *Gestão Ética e Socialmente Responsável: Teoria e Prática*. Lisboa: Editora RH.

Rizk, R., Dixon, R. & Woodhead, A., 2005. Corporate social and environmental reporting: a survey of disclosure practices in Egypt. *Social Responsibility Journal*, Volume 4, pp. 306-323.

ROBECOSAM, 2014. *Dow Jones Sustainability Indices*. [Online]

Available at: <http://www.sustainability-indices.com/sustainability-assessment/sustainability-investing.jsp>

[Acedido em 6 Janeiro 2014].

ROBECOSAM, 2014. *Dow Jones Sustainability Indices*. [Online]

Available at: <http://www.sustainability-indices.com/about-us/dow-jones-sustainability-indexes.jsp>

[Acedido em 6 Janeiro 2014].

ROBECOSAM, 2014. *Dow Jones Sustainability Indices*. [Online]

Available at: <http://www.sustainability-indices.com/sustainability-assessment/sustainability-investing.jsp>

[Acedido em 6 Janeiro 2014].

ROBECOSAM, 2014. *Dow Jones Sustainability Indices*. [Online]
Available at: <http://www.sustainability-indices.com/review/industry-group-leaders-2013.jsp>
[Acedido em 6 Janeiro 2014].

Rodrigues, F., Santos, R. B. d. & Mello, M. C. B. d., 2009. *ANÁLISE DO DISCLOSURE AMBIENTAL DA EMPRESA PETROBRAS NO PERÍODO DE 1997 A 2007*. Brasília, Congresso USP.

Schwartz, M. & Carrol, A., 2003. Corporate Social Responsibility: a three-domain approach. *Business Ethics Quarterly*, pp. 503-530.

Schwartz, M. S. & Carroll, A. B., 2008. Integrating and Unifying Competing and Complementary Frameworks: The Search for a Common Core in the Business and Society Field. *Business Society*, Volume 47, pp. 148-186.

Siqueira, J. R. M. d., Costa, A. d. S. M. d. & Baumworcel, G., 2011. Relatórios de Sustentabilidade no Setor Petrolífero: Um Estudo de Caso na Petrobras. *Revista de Contabilidade da UFBA*, Volume 5, pp. 63-80.

Soares, F. M., 1902. *Fundação Mário Soares*. [Online]
Available at: <http://www.fmsoares.pt/aeb/crono/id?id=00143>
[Acedido em 16 Abril 2014].

Stoner, J. A. F. & Freeman, R. E., 1982. *Administração*. Rio de Janeiro: Justiça & Cidadania.

Stradiotto, E., 2005. Responsabilidade social: empreendedorismo e o social. *Revista Organizações em contexto*, Dezembro, pp. 92-118.

Torres, C., 2002. Balanço Social e Responsabilidade Social Empresarial. Em: *COPPE/UFRJ*. Brasil: COPPE/UFRJ, pp. 129-157.

Unerman, J., 2000. Methodological issues - Reflections on quantification in corporate social reporting content analysis. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, Volume 13, pp. 667-681.

United Nations, T. G. C., 2013. *Global Corporate Sustainability Report* , USA: United Nations Global Compact Office .

Verrecchia, R. E., 1983. Discretionary Disclosures. *Discretionary Disclosures*, Volume 5, pp. 179-194.

Verrecchia, R. E. & Fischer, P. E., 2004. Disclosure bias. *Journal of Accounting and Economics*, Volume 38, pp. 223-250.

Yeboah, A., 2011. Building and Sustaining Competitive Advantage Through Corporate Social Responsibility (CSR) and Ethics in the Telecommunication Industry in Ghana: A case study of MTN Ghana. 15 December, p. 24.

8. Anexos

8.1 Lista de notícias por ano

Ano 2012		Total notícias por tema:
Ética		3
18-09-2012	“Metade dos deputados acumula funções no privado”	
10-01-2012	“Acionistas da EDP tentam proteger governo da polémica das nomeações”	
09-01-2012	“PS diz que há conflito na nomeação de Eduardo Catroga para a EDP”	
I&D e Inovação		2
12-12-2012	“Mistérios”	
14-05-2012	“Cogen diz que novas tarifas vão “parar qualquer projeto de cogeração”	
Ambiente		1
18-11-2012	“EDP está a deixar este ano uma pegada ambiental mais negra”	
Colaboradores		6
23-11-2012	“REN denuncia acordo coletivo de trabalho”	
30-07-2012	“EDP denuncia atual acordo coletivo de trabalho e apresenta nova proposta aos trabalhadores”	
10-09-2012	“Os administradores “indep” são mesmo independentes?”	
02-02-2012	“ Os patrões estão tão falidos como os empregados?”	
13-01-2012	“Os maus exemplos vêm de cima”	
31-07-2012	“ A EDP é a que menos segue recomendações sobre salários.”	
Cliente/Produto		11
07-11-2012	“Faturas em atraso de clientes EDP atingem recorde”	
15-10-2012	“EDP falha no atendimento telefónico a clientes”	
01-08-2012	“Clientes com erros nos contadores começam a ser informados sobre o valor das compensações”	
06-07-2012	“EDP vai devolver até 350€”	
18-06-2012	“EDP espera corrigir contadores até o final de Junho”	
13-06-2012	“O contador estragado da EDP”	
12-06-2012	“Deco diz que erros em contadores prejudicaram 480.000 clientes da EDP”	
11-03-2012	“Dívidas de clientes da EDP subiram no ano passado”	
03-01-2012	“EDP perde quota no consumo doméstico há mais de um ano”	
28-06-2012	“ERSE: 4.11 milhões é quanto a EDP tem de pagar a clientes com erros nos contadores.”	

14-06-2012	"EDP vai compensar "muito em breve" 30.000 clientes com contadores avariados"	
Fornecedores		0
Comunidade		4
23-04-2012	"Publicidade EDP "usa crianças ilegalmente""	
08-11-2012	"Deco denuncia erros nos contadores... e nas contas da EDP"	
27-09-2012	"Bruxelas avalia denúncia de ilegalidade em acordo da EDP"	
03-06-2012	"Troica ficou insatisfeita com acordo feito com EDP"	
Negócio		7
23-05-2012	"Plano negócio da EDP prevê menos Portugal nas contas"	
19-04-2012	"EDP produziu menos 11% no 1º trimestre"	
02-05-2012	"Lucros EDP terão diminuído 10% no 2º trimestre"	
18-10-2012	"IVA leva EDP a distribuir menos 3% de eletricidade em Portugal"	
17-07-2012	"EDP distribui menos eletricidade no 1º semestre"	
19-07-2012	"EDP Renováveis: estamos preparados para investir menos do que o previsto"	
20-04-2012	"Indefinição e regulação são as mais recentes inimigas de EDP Renováveis"	

Ano 2011		Total notícias por tema:
Ética		4
15-12-2011	"Privatização da EDP está a ser feita pela Calada"	
03-06-2011	"Os bons resultados das empresas parecem sempre bons"	
13-01-2011	"CGD, EDP, PT e Galp já empregaram 68 ex-ministros e secretários de estado"	
15-09-2011	"A habituação e a qualidade da mensagem publicitária"	
I&D e Inovação		1
31-05-2011	"Produção eólica afunda em PT"	
Ambiente		0
Colaboradores		3
23-12-2011	"Trabalhadores EDP dizem que venda aos chineses da Three Gorges vai sacrificar direitos"	
14-04-2011	"Trabalhadores da EDP protestam contra aumento salarial de 1,79%"	
14-07-2011	"Indústria eólica promete crescer mas já gera desemprego na Europa"	
Cliente/Produto		5
11-10-2011	"Preço da eletricidade sobe 9% em 2012"	
02-11-2011	"EDP volta a perder clientes no mercado liberalizado"	
31-10-2011	"EDP recebe menos reclamações mas paga mais compensações a clientes"	
28-06-2011	"EDP e Endesa rejeitam clientes domésticos de eletricidade"	
08-12-2011	"EDP e ERSE divergem nos custos de distribuição"	
Fornecedores		0
Comunidade		5
15-12-2011	"Metade das empresas não tem equipas dedicadas às redes sociais"	
28-10-2011	"EDP suspende página no Facebook após polémica"	
28-10-2011	"As empresas e as redes sociais"	
22-12-2011	"Amnistia Internacional preocupada com as consequências da venda da EDP a empresa chinesa"	
17-10-2011	"Como passa a EDP a tema central das redes sociais?"	
Negócio		15
17-11-2011	"EDP suspende projeto de 360 milhões da barragem do Alvito"	
11-11-2011	"EDP pode cortar investimento para menos de 2 mil milhões de euros em 2013"	
24-02-2011	"EDP Renováveis quebra compromisso e não paga dividendos"	
10-02-2011	"EDP Renováveis obrigada a parar parque no Brasil"	
09-02-2011	"EDP reduziu o volume de compras em 2010"	
19-10-2011	"Liberalização na eletricidade tem todos os ingredientes para correr mal"	
07-11-2011	"Santander desce recomendação da EDP"	

09-03-2011	"Endividamento leva UBS a baixar a recomendação da EDP"	
27-10-2011	"Goldman Sachs corta preço-alvo da EDP Renováveis após resultado"	
18-10-2011	"EDP distribui menos eletricidade nos primeiros 9 meses"	
13-10-2011	"Eletricidade produzida pela EDPR aumentou 22% até Setembro mas caiu em Portugal"	
27-07-2011	"EDP volta a perder mercado para elétricas espanholas"	
29-04-2011	"Quota de mercado da EDP cai para o nível mais baixo dos últimos quatro anos"	
24-02-2011	"Lucros da EDP Renováveis caem 30% em 2010"	
08-11-2011	"O consumo de eletricidade esta em queda e o de gás também já esta a recuar"	

Ano 2010		Total notícias por tema:
Ética		4
05-08-2010	“Bloco de esquerda pede esclarecimentos sobre privatizações da EDP e Galp Energia”	
09-07-2010	“O crime perfeito”	
26-04-2010	“Cavaco critica bónus dos gestores e define o mar como o novo desígnio”	
17-03-2010	“Revista imprensa diária”	
I&D e Inovação		0
Ambiente		0
Colaboradores		2
15-04-2010	“Os portugueses estão a ser exauridos para pagar situações inaceitáveis”	
06-04-2010	“Revista imprensa diária”	
Cliente/Produto		12
27-12-2010	“Revista imprensa diária”	
27-12-2010	“EDP distribuição perde processo contra antigos clientes industriais”	
07-12-2010	“EDP estima aumento de 10% na fatura de grandes clientes”	
21-05-2010	“EDP quer convencer mais de 200 mil clientes a receber fatura eletrónica”	
20-01-2010	“Faturas mensais de luz e água geram custo de 37 milhões de euros”	
17-12-2010	“Preço das leituras extra consumo das empresas triplica no próximo ano”	
15-12-2010	“Tarifas elétricas sobem 3,8% para as famílias e 4% a 10% para as empresas”	
17-05-2010	“6,4 Milhões de euros de cauções da EDP por devolver aos Portugueses”	
15-04-2010	“Tarifas gás natural vão aumentar 3,2% a partir de junho”	
08-01-2010	“Espanhóis já fornecem mais de metade das PME Portuguesas”	
10-05-2010	“EDP tem 305 milhões de excedente tarifário por devolver aos consumidores”	
11-11-2010	“EDP prevê como “praticamente impossível” dar maiores descontos no EDP 5D”	
Fornecedores		1
28-04-2010	“Vestas passa de lucro a prejuízo com menos entrega de turbinas”	
Comunidade		1
07-04-2010	“Portugueses são os que menos confiam no governo e nas empresas”	
Negócio		9
18-05-2010	“Austeridade corta avaliação das cotadas nacionais”	
06-05-2010	“BNP Paribas desapontado com lucros da EDP Renováveis”	

22-09-2010	"Citigroup corta recomendação da EDP"	
29-01-2010	"ESER baixa preço alvo e recomendação da EDP Renováveis"	
13-10-2010	"EDP prepara redução dos investimentos fora de Portugal"	
21-10-2010	"Ambiente desafiante nos EUA leva Goldman a reduzir avaliação da EDP"	
25-10-2010	"Refer troca EDP pela Iberdrola"	
11-09-2010	"Revista imprensa diária"	
22-12-2010	"ERSE quer "custos políticos" claramente discriminados na fatura da eletricidade"	

Ano 2009		Total notícias por tema:
Ética		6
27-05-2009	“EDP diz que “oferece poupanças desde a 1ª hora””	
11-05-2009	“Administradores não executivos devem deixar de ter componente variável no salário”	
29-10-2009	“Presidente EDP recusa-se a comentar estatuto de arguido de Armando Vara”	
28-10-2009	“Refer diz que está a fornecer informações à PJ sobre terceiros”	
02-09-2009	“Gestores EDP escapam a cortes”	
09-03-2009	“Demagogia e crise”	
I&D e Inovação		0
Ambiente		0
Colaboradores		5
05-02-2009	“EDP e Ren usam crise para travar aumentos salariais”	
01-04-2009	“Remuneração António Mexia desceu no ano passado”	
13-03-2009	“Revista imprensa diária”	
03-11-2009	“Revista imprensa diária”	
29-10-2009	“Funcionários da EDP, Galp, Refer e Ren suspeitos corrupção”	
Cliente/Produto		6
29-12-2009	“EDP recusa responsabilidade de indemnizar clientes que ficaram sem luz”	
30-12-2009	“Clientes domésticos podem escolher fornecedor a partir de sexta-feira”	
28-12-2009	“EDP não quer indemnizar clientes”	
05-11-2009	“Portugueses pagaram 600 milhões a mais em eletricidade este ano”	
15-10-2009	“Fatura da luz sobe um euro por mês em 2010”	
26-08-2009	“30% consumidores avaliam muito negativamente preços da água, luz e eletricidade”	
Fornecedores		2
07-08-2009	“Galiza retira capacidade eólica à EDP”	
16-01-2009	“Vestas descobre fraude de 12 milhões de euros na filial espanhola”	
Comunidade		1
05-08-2009		“Corrida à informação”
Negócio		15
27-03-2009	“EDP terá de explicar aos investidores opção de levar mais-valias de renováveis a resultados”	
06-03-2009	“Ibersecurities corta recomendação da EDP para “vender””	
09-04-2009	“Empresas com melhor saúde financeira serão todas inspecionadas pelo fisco”	
29-07-2009	“Resultado da EDP deverá recuar 37% no 1º semestre”	
19-10-2009	“Volume de eletricidade distribuído pela EDP recua 1,6%	

17-07-2009	"Distribuição elétrica da EDP cai 3,3% no 1º semestre"	
16-07-2009	"Dados previsionais da EDP Renováveis desiludem analistas"	
30-12-2009	"Revista imprensa diária"	
03-12-2009	"Participada da EDP em Espanha alvo de nova investigação da concorrência"	
24-12-2009	"PT trocou EDP por Iberdrola em parte dos contratos de energia"	
18-05-2009	"Concorrência acusa EDP de "desvios sistemáticos de previsão" no mercado grossista"	
05-05-2009	"Espanhóis voltaram a ganhar mercado à EDP no primeiro trimestre"	
24-04-2009	"Distribuição de eletricidade da EDP cai no 1º trimestre"	
30-12-2009	"EDP abranda investimento na conservação de rede"	
25-06-2009	"EDP visada pelo regulador espanhol de concorrência"	

Ano 2008		Total notícias por tema:
Ética		4
19-06-2008	"Quem manda aqui?"	
26-02-2008	"Quem engana os investidores"	
24-06-2008	"O regulador apinhalado"	
17-06-2008	"A conta da luz"	
I&D e Inovação		0
Ambiente		0
Colaboradores		1
20-05-2008	"Comissão de trabalhadores desaconselha compra de ações"	
Cliente/Produto		6
31-12-2008	"Novos parques eólicos da EDPR na região da Galiza estão em risco"	
15-12-2008	"Tarifas da eletricidade sobem 4,9% em Janeiro"	
15-10-2008	"Eletricidade vai subir 4,9% em Portugal no próximo ano"	
31-07-2008	"Défice de 600 milhões ameaça subir preço da luz"	
14-03-2008	"Quase dois terços do valor de cauções na eletricidade e gás ainda estão por restituir"	
05-12-2008	"175 mil famílias mudaram de fornecedor no mercado de eletricidade"	
Fornecedores		0
Comunidade		1
05-06-2008	"EDP renováveis"	
Negócio		15
05-06-2008	"Grandes investidores estragam estreia da EDP Renováveis"	
04-06-2008	"EDP Renováveis atribui estreia negativa ao mau dia do mercado"	
10-10-2008	"EDP Renováveis – história de crescimento à espera de melhores "ventos nos mercados"	
17-10-2008	"Concorrência investiga formação de preços da EDP"	
17-10-2008	"Concorrência apresenta um estudo sobre o mercado de energia elétrica em Fevereiro.	
09-09-2008	"Concorrência espanhola investiga Galp e EDP"	
07-03-2008	"Renováveis representam metade do crescimento da EDP"	
04-03-2008	"Lucro da EDP deverá ter caído 1,9% em 2007"	
13-11-2008	"Potencial de subida da EDP cai para 55%"	
05-11-2008	"BNP Paribas baixa avaliação da EDP para 2,40 € e corta recomendação"	
16-10-2008	"BNP Paribas corta avaliação da EDP Renováveis para 5,3 €"	
15-10-2008	"Ren e EDP obrigadas a reduzir custos operacionais em 3% e 3,5 %"	
06-03-2008	"Lucros da EDP caem 3,6% para 907,3 milhões"	
07-02-2008	"EDP limitada na produção e comercialização em Portugal por ser classificada como operador dominante"	

25-05-2008	"Custos com contadores penalizam EBITDA da EDP em 19 milhões"	
------------	---	--

8.2 Lista de empresas do DJSI

Industry Group Leaders 2013

For each of the 24 industry groups represented in the Dow Jones Sustainability Index, you find a detailed report on the respective RobecoSAM industry group leader below (effective as of September 2013).

Name	Industry Group	Country	Report
Volkswagen AG	Automobiles & Components	Germany	
Australia & New Zealand Banking Group Ltd	Banks	Australia	
Siemens AG	Capital Goods	Germany	
Adecco SA	Commercial & Professional Services	Switzerland	
Panasonic Corp	Consumer Durables & Apparel	Japan	
Tabcorp Holdings Ltd	Consumer Services	Australia	
Citigroup Inc	Diversified Financials	United States	
BG Group PLC	Energy	United Kingdom	
Woolworths Ltd	Food & Staples Retailing	Australia	
Nestle SA	Food, Beverage & Tobacco	Switzerland	
Abbott Laboratories	Health Care Equipment & Services	United States	
Henkel AG & Co KGaA	Household & Personal Products	Germany	
Allianz SE	Insurance	Germany	
Akzo Nobel NV	Materials	Netherlands	
Telenet Group Holding NV	Media	Belgium	
Roche Holding AG	Pharmaceuticals, Biotechnology & Life Sciences	Switzerland	
Stockland	Real Estate	Australia	
Lotte Shopping Co Ltd	Retailing	Republic of Korea	
Taiwan Semiconductor Manufacturing Co Ltd	Semiconductors & Semiconductor Equipment	Taiwan	
SAP AG	Software & Services	Germany	
Alcatel-Lucent	Technology Hardware & Equipment	France	
KT Corp	Telecommunication Services	Republic of Korea	
Air France-KLM	Transportation	France	
EDP - Energias de Portugal SA	Utilities	Portugal	

Fonte: (ROBECOSAM, 2014)

